



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CAMPUS AGRESTE

NÚCLEO DE GESTÃO

CURSO CIÊNCIAS ECONÔMICAS

NATALICIO JOSÉ DE OLIVEIRA NETO

**ANÁLISE DESCRITIVA DA EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO NO
MUNICÍPIO DE CARUARU ENTRE OS ANOS DE 2010 E
2019**

CARUARU

2023

NATALICIO JOSÉ DE OLIVEIRA NETO

**ANÁLISE DESCRITIVA DA EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO NO
MUNICÍPIO DE CARUARU ENTRE OS ANOS DE 2010 E
2019**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso de
Ciências Econômicas do Campus Agreste
da Universidade Federal de Pernambuco
– UFPE, na modalidade de monografia,
como requisito para a obtenção do grau
de bacharel em Ciências Econômicas.

Área de concentração: Desenvolvimento
Socioeconômico

Orientador (a): Prof. Dr. Marcio Miceli Maciel de Sousa

CARUARU

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Neto, Natalicio José de Oliveira.

ANÁLISE DESCRITIVA DA EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO NO MUNICÍPIO DE
CARUARU ENTRE OS ANOS DE 2010 E 2019 / Natalicio José de Oliveira
Neto. - Caruaru, 2023.
68, tab.

Orientador(a): Marcio Miceli Maciel de Sousa
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Ciências Econômicas, 2023.

1. Desenvolvimento Socioeconômico. 2. Desenvolvimento de Caruaru. 3.
Crescimento Econômico. 4. Evolução Social. I. Sousa, Marcio Miceli Maciel de.
(Orientação). II. Título.

330 CDD (22.ed.)

NATALICIO JOSÉ DE OLIVEIRA NETO

ANÁLISE DESCRITIVA DA EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO NO MUNICÍPIO DE CARUARU ENTRE AOS ANOS DE 2010 E 2019

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Coordenação do Curso de
Ciências Econômicas do Campus Agreste
da Universidade Federal de Pernambuco
– UFPE, na modalidade de monografia,
como requisito parcial para a obtenção do
grau de bacharel em Ciências
Econômicas.

Aprovado em: 03/02/2023.

BANCA EXAMINADORA

Profº. Dr. Marcio Miceli Maciel de Sousa (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Profº. Dr. José Valdecy Guimarães Júnior (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profº. Dr. Atenágoras Oliveira Duarte (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Primeiramente sou grato a Deus pelo dom da vida, em segundo lugar sou grato a minha mãe Julimar por sempre me apoiar ao longo das minhas fases, principalmente por ser quem mais me incentivou a estudar desde criança. Sou grato também a toda a minha família. Agradeço ao meu professor orientador professor Márcio Miceli pelas orientações e oportunidades acadêmicas oferecidas. Também agradeço ao professor Atenágoras por sempre ter sido prestativo e ter me ajudado muito ao longo da minha jornada acadêmica. Sou grato a todos os meus amigos e amigas que sempre me apoiaram, independente se de forma presencial ou a distância, mas que sempre me quiseram bem e se fizeram presentes de alguma forma em minha vida. Em especial Juliana pela amizade duradoura desde a época do colégio e por ter feito presença ao longo dessas fases da minha vida. Sou muito grato também pelas amizades que fiz durante a graduação, principalmente Lyllian, Rafael, Wagner, Giovanna e Rodolfo todos do grupo carinhosamente apelidado de “economistas do amanhã” e Débora que foi uma grande amiga e muito importante na minha graduação, sou grato a todos vocês por terem feito parte da minha trajetória durante essa jornada universitária.

“Uma economia que não está preocupada com a justiça social, é uma economia que condena os povos [...] a uma brutal concentração de renda e de riqueza, o desemprego e a miséria” (TAVARES, 1995).

RESUMO

A cidade de Caruaru, localizada no Agreste pernambucano vem sendo palco de profundas transformações, com reflexo na elevação da qualidade de vida dos seus cidadãos na última década do século XXI. Para melhor elucidação das mudanças sociais e econômicas recorreu-se a análise dos dados durante os anos de 2010 e 2019 referentes: ao PIB e PIB per capita, IDHM, dados referentes a trabalho, salário médio da população e sobre a pobreza na cidade. Qualidade da educação oferecida, bem como o acesso ao saneamento básico para a população e as tendências dos índices de saúde. A fim de elaborar esta monografia realizaram-se pesquisas bibliográficas e coleta de dados secundários em instituições oficiais, como: o IBGE, Ministério da Saúde e Educação e o CONDEPE/FIDEM. Os resultados do presente estudo mostram ganhos de bem-estar consistentes para a população caruaruense entre os anos abordados, apesar da crise nacional entre os anos de 2015 e 2016. Entretanto, ainda há muito o que melhorar já que a situação da informalidade e exploração de trabalho é comum a boa parte da população do município e a educação ofertada, apesar da melhora nos últimos anos, ainda está longe de ser a ideal.

Palavras-chave: Desenvolvimento Socioeconômico; Desenvolvimento de Caruaru; Crescimento Econômico; Evolução Social.

ABSTRACT

The city of Caruaru, located in the Agreste region of Pernambuco, has been the scene of profound transformations, reflected in the increase in the quality of life of its citizens in the last decade of the 21st century. For a better elucidation of social and economic changes, data analysis was performed between the years of 2010 and 2019 referring to: GDP and GDP per capita, HDI, work, average salary of the population and on poverty in the city. Quality of education offered, as well as access to basic sanitation for the population and trends in health indices. In order to elaborate this monograph, bibliographic research and secondary data collection were carried out in official institutions, such as: IBGE, Ministry of Health and Education and CONDEPE/FIDEM. The results of this study show consistent gains in well-being for the population of Caruaru between the years covered, despite the national crisis between 2015 and 2016. However, there is still much to improve since the situation of informality and exploitation of work it is common to most of the city's population and the education offered, despite the improvement in recent years, is still far from being ideal.

Keywords: Socioeconomic Development; Development of Caruaru; Social evolution; Economic growth.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
1.2	OBJETIVOS.....	13
1.2.1	Objetivo geral.....	13
1.2.2	Objetivos específicos.....	13
2	2 REVISÃO DE LITERATURA.....	14
2.1	DISCUSSÃO TEÓRICA ACERCA DO CRESCIMENTO E DE- SENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	14
2.2	ESCOLA MERCANTILISTA E FISIOCRATA.....	15
2.3	ADAM SMITH E DAVID RICARDO.....	16
2.4	VISÃO DE MARX E KALECKI.....	19
2.5	JOSEPH SCHUMPETER.....	21
2.6	CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO NA VISÃO KEYNE- SIANA.....	22
2.7	DESENVOLVIMENTO NA PERSPECTIVA DA “VELHA” ESCO- LA INSTITUCIONALISTA DE ECONOMIA E NA “NOVA” ES- COLA INSTITUCIONALISTA DE ECONOMIA.....	23
3	MATERIAL E MÉTODO.....	26
4	INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMI- CO DO MUNICÍPIO DE CARUARU A PARTIR DO ANO 2010 ATÉ 2019.....	27
4.1	EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES DE DIMENSÃO ECONÔMICA DE CARUARU.....	27
4.1.2	DESIGUALDADE SOCIAL EM CARUARU: POBREZA, EX- TREMA POBREZA E CONCENTRAÇÃO DE RENDA NA PO- PULAÇÃO.....	33

4.1.3	ÍNDICES DE TRABALHO E RENDA DA POPULAÇÃO CARU- ARUENSE.....	40
4.1.4	FROTAS DE VEÍCULOS DE CARUARU.....	47
4.2	INFRAESTRUTURA DE CARUARU.....	48
4.3	ÍNDICES DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	50
2.2	DADOS DE SAÚDE NO MUNICÍPIO.....	59
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
	REFERÊNCIAS.....	66

1 INTRODUÇÃO

O município de Caruaru conta com uma economia diversificada e pujante, integrando o polo de confecções do Agreste pernambucano (PCAP). Possui um distrito industrial que vem se desenvolvendo, além de forte tradição do turismo junino. Todavia, possui parte considerável de sua população economicamente ativa trabalhando no setor informal, sobretudo em atividades que envolvem o polo de confecções.

Dentro deste contexto este estudo pretende abordar a evolução dos índices de desenvolvimento econômico e social do município de Caruaru. Além de buscar a resposta para a seguinte problemática: O município de Caruaru apresentou melhora da qualidade de vida dos seus cidadãos entre os anos de 2010 e 2019? Para responder essa questão será feito um apanhado geral das principais características da economia, educação, infraestrutura e saúde.

Tomando a revisão da literatura e a busca de dados secundários como os dados oficiais do IBGE, CONDEPE-FIDEM, DATASUS e do Ministério de Educação e Cidadania para melhor elucidar as particularidades de Caruaru e sua evolução com o decorrer dos 10 anos que este trabalho se propõe a abordar.

Devido a natureza abrangente de tal estudo alguns dados não estão tão atualizados como deveriam. Portanto, se encontram defasados. Algumas informações de suma importância para qualquer análise socioeconômica, como por exemplo o PIB per capita necessita de uma complementação com outros índices. Já que este não são absoluto e possui certas falhas como a incapacidade de abordar os setores mais informais da economia, e para o caso de uma análise econômica de um município ainda há a impossibilidade de se deflacionar a série (SIEDENBERG, 2003).

Portanto, para complementar e melhorar a qualidade do estudo é necessário recorrer a outros dados como o índice de Gini. Porém, este não é mensurado anualmente, mas sim a cada censo demográfico nacional e o último disponível no momento foi realizado em 2010. Sendo assim os dados do cadastro único, também conhecido como cadúnico ajuda a dimensionar a quantidade de pessoas vivendo em condição de pobreza e extrema pobreza. Logo, se torna um índice valioso para o presente trabalho.

Conforme presente na literatura econômica, a concentração de renda é um mal para qualquer economia, pois implica diretamente em pouco bem estar para a população (BRUE, 2011). A economia é uma teia e cada parte dessa teia está interligada, ou seja, dados ruins na saúde nos informam que a população média está carecendo de cuidados básicos, e, portanto, podem ficar mais suscetíveis a adoecer e isso pesar no sistema de saúde público já fragilizado e, conseqüentemente, afetar também a dinâmica econômica. Logo, quando o ambiente econômico é positivo, isto é, está fluindo de forma adequada por que o ambiente institucional é favorável isso implica em gastos de bem estar social (NORTH, 1995).

Este trabalho está dividido por capítulos e subcapítulos. Inicialmente será feita uma discussão teórica acerca das ideias de desenvolvimento e crescimento econômico na perspectiva de várias escolas do pensamento econômico e autores relevantes ao longo da evolução do pensamento econômico. Após esta contextualização teórica serão abordados os dados secundários coletados nas bases de dados oficiais do governo.

No capítulo 4 estes dados serão descritos através de texto, tabela e gráficos. Cada tema será apresentado no seu respectivo subcapítulo, começando pelo capítulo 4.1 dos índices econômicos, onde serão reunidas questões sobre crescimento nominal do produto interno bruto – PIB caruaruense.

Também serão apresentados dados referentes a composição do PIB, desigualdade de renda com foco na média salarial, quantitativo da população vivendo em condições de pobreza e extrema pobreza e também questões que tangem o trabalho. Também a dimensão da frota de veículos já que carro é um bem que demanda de seu proprietário um certo custo sazonal com manutenção, portanto analisar o crescimento da frota dá um ideia do poder aquisitivo do habitante médio do município.

Em seguida no subcapítulo 4.2 são apresentados os dados de infraestrutura como o percentual de casas que têm acesso a rede de esgoto por exemplo e outras questões que afetam o bem estar da população. Em seguida, no capítulo 4.3 os índices da qualidade da educação municipal e seu comparativo com a média estadual e nacional serão expostos, sendo elucidadas: a quantidade de escolas, docentes, estudantes e a qualidade do ensino oferecido que pode ser medido através da nota do IDEB.

Por fim, no subcapítulo 4.4 serão abordados os índices referentes à saúde do

município, como a expectativa de vida, quantidade de estabelecimentos de saúde e as suas categorias e a mortalidade infantil, que ajudam a medir o nível do bem estar da população.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

- Descrever a evolução dos índices sociais e econômicos de Caruaru entre os anos de 2010 e 2019.

1.2.2 Objetivos específicos

- Fazer uma revisão da literatura econômica acerca do crescimento e desenvolvimento econômico;
- Obter dados secundários dos índices de economia, saúde, educação e infraestrutura de Caruaru entre os anos de 2010 e 2019 para posterior descrição;
- Realizar uma exposição das principais características econômicas, educacionais, de saúde e infraestrutura de Caruaru no período analisado.
- Apresentar os dados econômicos, educacionais, de saúde e infraestrutura de forma comparativa no recorte temporal definido.
- Comentar as evoluções destes índices fazendo paralelo com a literatura econômica.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 DISCUSSÃO TEÓRICA ACERCA DO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O surgimento da economia enquanto ciência produziu várias abordagens sobre a forma como a economia de uma nação funciona e o que a faz crescer e se desenvolver. Como já afirmado por Mankiw (2005) no livro de introdução à economia, os economistas divergem, seja por de valores ou formas e métodos de se analisar e perceber a realidade.

De acordo com Bresser-Pereira (2008) o crescimento tem mais relação a variáveis quantitativas, ou seja, questão de crescimento da produção em decorrência da maior utilização do fator trabalho ou capital físico por exemplo. No caso do desenvolvimento o sentido é qualitativo, ou seja, é necessário haver mudanças estruturais na economia.

Conforme Dalpiaz et al (2016) o desenvolvimento econômico agrega em si todos os fatores do crescimento, porém têm em adicional os ganhos sociais, de renda per capita e bem-estar social, ou seja, os índices qualitativos da sociedade. É possível identificar crescimentos econômicos desacompanhados de ganhos sociais consideráveis. Todavia, não há como uma sociedade obter ganhos sociais, ou seja, se desenvolver se não houver os crescimentos de produtividade econômica.

Através da história é perceptível que após a revolução industrial na Inglaterra no século XVIII e, em especial, após a sua difusão pelo globo, as populações usufruíram de ganhos substanciais de qualidade de vida. As grandes inovações técnicas resultantes desta revolução permitiram a redução dos custos médios, aliado ao processo de busca e criação de novos mercados, o mundo capitalista nascente viu uma explosão da oferta de bens de consumo. Deste então de uma forma jamais vista na história humana os padrões de vida mudaram e a forma como produzimos e consumimos também mudou (DALPIAZ et al, 2016).

Também nesse processo histórico surge a economia política, mais tarde denominada de ciência econômica. Desde seu surgimento as visões acerca do crescimento e desenvolvimento econômico sofreram mudanças. Por vezes tratadas como quase sinônimos, mas sempre entendidas como atreladas. Com o aprimoramento da ciência econômica, as diferentes escolas de pensamento

passaram a divergir em relação às noções e também em quais aspectos que levam uma economia a crescer e se desenvolver.

Os subtópicos a seguir descreverão a visão de algumas correntes do pensamento econômico acerca do crescimento e desenvolvimento das nações, pontuando suas contribuições, visões e principais economistas.

2.2 ESCOLA MERCANTILISTA E FISIOCRATA

Em meados do século XVI e em contraponto ao feudalismo, o mercantilismo como elucidado por Brue (2011) surgiu no final da idade média e perdurou por boa parte do começo da era moderna, isto é, o período das grandes navegações e descobertas. Tal escola econômica atribuía muita importância aos metais preciosos e via a intervenção do estado como positiva para proteger as manufaturas nacionais, sendo o crescimento proveniente da acumulação de recursos, em especial ouro e prata.

A manutenção do monopólio da metrópole para as colônias era crucial para a época, o Brasil inclusive foi colonizado sob esta ótica de pensamento econômico como apresentado por Celso Furtado (1959) em seu livro “Formação Econômica Brasileira”. Alguns valores mercantilistas ainda duram até os dias atuais, como é o caso da defesa do protecionismo econômico e a um superávit na balança comercial (BATISTA, 2012).

Entretanto, esta escola de pensamento não atribui importância às importações para o desenvolvimento econômico das nações. Na verdade, o foco era exclusivo em se exportar o máximo possível para ter uma balança comercial muito superavitária e comprimir ao máximo possível as importações. Desta forma, apesar do favorecimento do mercado interno havia uma precarização do desenvolvimento econômico de longo prazo pela supressão ao comércio internacional livre (DALPIAZ et al, 2016).

O contraponto ao pensamento mercantilista foi a escola fisiocrata que teve em Quesnay um dos seus principais pensadores. O nome fisiocrata significa do grego “regra da natureza” desta forma a escola via que as atividades dos indivíduos deveriam ser de acordo com a sua própria natureza (BATISTA, 2012).

Como apontado por Cavalli et al (2019) a escola fisiocrata acreditava que o crescimento econômico e consequentemente a riqueza provinha da terra, sendo os outros aspectos consequências dos rendimentos da terra, ou seja, a agricultura tinha um papel central nesta ótica de pensamento econômico, além disto surge o pensamento do laissez-faire sendo assim os fisiocratas se opunham à intervenção do estado (DALPIAZ et al, 2016).

Os fisiocratas apostam no investimento na agricultura como motor pro crescimento econômico, logo o estado deveria retirar barreiras para a exportação e reduzir impostos para que a produção fosse maior (DALPIAZ et al, 2016).

2.3. ADAM SMITH E DAVID RICARDO

Considerado o pai da economia política, Adam Smith foi de suma importância para o pensamento econômico de sua época. Em sua principal obra “A riqueza das nações” de 1776, Adam Smith demonstra como o crescimento econômico pode ser alcançado através da divisão do trabalho.

Para defender sua tese ele exemplifica o processo produtivo de uma fábrica de alfinetes onde cada trabalhador por focar em apenas uma função naquela linha de montagem ganharia o que ele denomina de destreza, desempenhando assim com mais rapidez sua função fazendo com que no agregado daquela empresa a produção fosse maior e rápida (SMITH, 1997).

Portanto a divisão do trabalho permite a existência de mais excedentes da produção, que por sua vez permite maiores fluxos de comércio e desta forma a sociedade prospera mais (SMITH, 1997).

Adam Smith defendia que os agentes econômicos deveriam seguir seus próprios interesses. E que dessa forma os indivíduos agindo por motivação pessoal acabariam de forma não intencional contribuindo para um bem comum. O que ele denomina de mão invisível do mercado seriam a alocação de recursos que ocorreria de forma natural e sem a intervenção do estado, apenas acontecendo entre a interação dos agentes econômicos motivados pelos seus respectivos interesses pessoais (SMITH, 1997).

Smith era contra a intervenção excessiva do estado e altos impostos, mas era a favor de um estado mais limitado. Conforme Feijó (2007) é em Smith que é identificado os conceitos de valor de troca e valor de uso, que mais tarde seriam incorporados por Ricardo e por Marx. para Smith o valor de uso tem relação com a utilidade para um indivíduo que determinado bem possuem, sendo assim é algo mais subjetivo. Já o valor de troca pode ser entendido como o valor que um determinado bem tem para comprar outro bem, ou seja, o valor de troca possui relação com o poder de compra. Além disso, o trabalho também é entendido como agregador de valor aos bens, ou seja, a quantidade de trabalho despendido na confecção de um dado bem atribui valor a este bem (BRUE, 2011).

Como explicado por Araújo (1998) na visão de Smith o crescimento econômico se dá através da taxa de formação de capital, a qual seria proporcional a taxa de investimento que tem a capacidade de tirar a economia de um estado estacionário. Conforme Brue (2011) Smith acreditava que o comércio internacional era benéfico para todos e que os países deveriam se especializar nos bens que possuem vantagens absolutas. A comercialização desses excedentes enriqueceria todas as partes envolvidas.

O economista David Ricardo como apontado por Araújo (1998) observou que a comercialização dos excedentes entre os países, isto é o comércio internacional, também seria benéfico até mesmo com países que não possuem vantagens absolutas. Exemplificando a análise de Ricardo, caso uma nação A possua vantagem absoluta na produção dos bens X e Y e o país B não seja detentor de eficiência na produção de nenhum desses bens. Ainda assim poderá haver comércio entre essas duas nações, diferentemente do que era apontado na teoria das vantagens absolutas. Para haver o comércio basta que o custo de oportunidade na produção de algum desses bens, X ou Y, seja menor no país A do que no país B. Podendo haver a especialização neste bem em detrimento do outro e assim através do comércio a população tenha acesso a mais consumo (RICARDO, 1996). Como bem exemplificado por Krugman et al (2015):

“A razão pela qual o comércio internacional produz esse aumento da produção mundial é que ele permite que cada país especialize-se em produzir a mercadoria em que tem uma vantagem comparativa. Um país tem uma vantagem comparativa na produção de um bem se o custo de oportunidade de produzir esse bem, em termos de outros

bens, for menor nesse país do que é em outros países.” (Krugman *et al*, 2015).

Ricardo também contribuiu para o pensamento do crescimento econômico com a análise dos rendimentos decrescentes da terra, acúmulo de renda e como esta fica distribuída nas classes sociais. Também na distinção entre o preço natural e o de mercado (BRUE, 2011). Na visão de Ricardo, o preço natural é o necessário para a subsistência do trabalhador, enquanto o preço de mercado se dá através das relações entre a oferta e demanda. Quando devido às interações das forças do mercado, o preço de mercado excede o preço natural, o trabalhador se encontra em uma situação de prosperidade. Entretanto, caso o inverso ocorra, ou seja, o preço de mercado está abaixo do preço natural, as situações de trabalho ficam precárias (RICARDO, 1996).

Ricardo também atribui importância ao crescimento populacional, já que devido a este crescimento tem um aumento na oferta de trabalho e consequentemente uma redução dos salários. No longo prazo os salários têm uma tendência a se manter a níveis de subsistência, porém para Ricardo essa situação é revertida caso a sociedade seja industrializada, sendo assim os salários poderiam ficar acima desses níveis de subsistência e as pessoas terem uma qualidade de vida maior. Portanto, essas movimentações influenciam nos lucros dos capitalistas e na acumulação de capital (BRUE, 2011).

Os estudos de Ricardo acerca dos rendimentos decrescentes se concentraram na agricultura. Com o aumento populacional aumenta a demanda por comida, que por sua vez faz com que os capitalistas busquem produzir mais e usar de forma intensiva a terra para atender a essa demanda maior. Entretanto, nem todo solo é de qualidade, nem sempre chove o necessário, não tem terras disponíveis para cultivo o suficiente e uma série de outros fatores que levam a elevação dos custos de produção e a redução da produtividade (RICARDO, 1996).

Sendo assim, não é necessário apenas aumentar a mão de obra, mas também o capital e outros fatores. Ricardo enxerga a importância do progresso técnico, mesmo observando que existe um certo limite já que a produção tende a decrescer marginalmente. Essa situação poderia ser contornada segundo Ricardo com a abertura ao comércio internacional e é claro com o surgimento e adoção de novas tecnologias (FEIJÓ, 2007).

2.4. VISÃO DE MARX E KALECKI

Karl Marx via o crescimento econômico como fruto da busca pela acumulação de capital por parte da classe capitalista. Para Marx a sociedade é forma estratificada entre os detentores dos meios de produção, isto é a burguesia que também são chamados de capitalistas, e do outro lado o proletariado também chamado de trabalhadores. Esta última classe teria como característica principal a necessidade de vender sua força de trabalho para conseguir renda e assim subsistir (BRUE, 2011).

A relação entre essas duas classes é conflituosa, este movimento é denominado de luta de classes e para a tradição marxista que se instaurou a história humana progride de forma dialética através desta luta de classes (BRUE, 2011).

A fórmula geral do capital para Marx se dá na seguinte forma: a dinâmica da mercadoria original se dava pela relação M-M, ou seja, mercadoria por mercadoria. Nesse exemplo temos uma economia primitiva de escambo, porém em economias mais dinâmicas e avançadas é encontrada a relação M-D-M, isto é, mercadoria que vira dinheiro e depois mercadoria novamente. Dito de outra forma é vender a mercadoria e com o dinheiro da venda comprar outra. Outra relação é D-M-D, que é o comprar para vender. Essa última equação é possível na forma, mas vazia no conteúdo dado que o capitalista sabe que em todo o processo produtivo existe risco (MARX, 2013).

A geração da riqueza se dá pela $D-M-D'$, onde $D' > D$, ou seja, o dinheiro obtido no final dessa equação é maior do que o aplicado inicialmente. Expandido o entendimento dessa equação, D' é maior que D devido o que Marx chama de mais-valia. Isto é o ganho do capitalista em cima do trabalho do proletário, logo a acumulação surge do processo de exploração do trabalho (MARX, 2013).

É no processo produtivo que o trabalhador vende sua força de trabalho para o capitalista produz uma dada quantia que agrega valor à mercadoria produzida, nesse ponto Marx utiliza da teoria do valor-trabalho dos clássicos para explicar o processo de geração de valor (STRAUSS, 2018). O que o trabalhador produz para o capitalista é uma quantidade além do que ele recebe de volta, essa dinâmica leva a geração de lucro para o capitalista que por sua vez pode ser usado para reinvestir no processo produtivo.

O desenvolvimento da produção capitalista torna constantemente necessário aumentar o montante de capital aplicado numa dada empresa, e a concorrência impõe a cada capitalista individual as leis iminentes da produção capitalista como leis coercitivas externas. A concorrência o impele a ampliar constantemente seu capital a fim de preservá-lo, mas ele não pode ampliá-lo a não ser por meio da acumulação progressiva. (MARX apud MIGLIOLI, 2004: 80).

O crescimento de uma economia capitalista ocorre na busca da acumulação pela acumulação porque esta é a própria lógica de funcionamento do sistema capitalista (BELLUZZO, 1980). Como a dinâmica da economia capitalista é competitiva isso faz com que o capitalista busque reduzir os custos de produção para assim manter se manter competitivo o preço dos seus produtos no mercado, nesse processo a classe trabalhadora teria sua renda reduzida o que por sua vez levaria a nível menor de consumo que conseqüentemente afeta os lucros do capitalista.

Logo, Marx prevê a tendência de crises no sistema como sendo inerentes a sua lógica de funcionamento, tanto produtiva quanto cumulativa (MARX, 2013). Marx também observou a tendência à concentração de renda e formação de oligopólios e a internacionalização econômica que ocorreu no século passado (BRUE, 2011).

Apesar de muito criticado, sobretudo pelas escolas mais ortodoxas de economia, Marx influenciou outros economistas como Kalecki. Conforme Strauss (2018) a análise de Marx foca muito mais na geração de valor e na mais-valia como também na acumulação do capital, ou seja, nos aspectos da oferta. Já Kalecki, por sua vez, foca em áreas que Marx não se aprofundou muito, deixando um pouco o foco no processo produtivo para focar mais nos determinantes da demanda.

Kalecki (1997) introduz o conceito de demanda efetiva para melhor analisar a dinâmica de uma economia capitalista. O modelo de explicação dele parte da abstração do estado e do mercado externo e passa a focar na renda. Aqui temos que a renda é dividida entre as duas classes, capitalistas e trabalhadores, a renda da primeira provém dos lucros, dividendos, saques não operacionais, aluguéis e juros. Já a renda dos trabalhadores vem da remuneração dos seus salários.

Assumindo as premissas de Marx, que ainda que os trabalhadores sejam remunerados de acordo com o valor de sua força de trabalho. Mesmo assim haveria condições para a existência da mais-valia (MARX, 2013). Kalecki partindo disto faz

uma simplificação para o seu modelo de que os trabalhadores não poupam, mas consomem toda a sua remuneração (KALECKI, 1997).

Conforme Strauss (2018), já que os trabalhadores gastam o que ganham, os capitalistas ganham o que gastam, devido à relação de que os lucros serão determinados pelos investimentos brutos e consumo dos próprios capitalistas. Portanto, estes investimentos e consumos dos capitalistas, ou seja, os seus gastos é o que determinaram os salários e o nível de produção, pois será o fluxo de dinheiro a circular na economia. Logo, o investimento da classe capitalista no processo produtivo vai influenciar diretamente o crescimento da economia.

2.5. JOSEPH SCHUMPETER

Schumpeter afirmava que uma das principais forças do crescimento econômico era a inovação técnica. Foi um dos mais influentes pensadores no período em que imperava a escola neoclássica, salientando que esta escola estava mais preocupada com os equilíbrios de mercado e tomada de decisões microeconômicas com pensamento marginalista (BRUE, 2011).

Não há como negar que Schumpeter foi influenciado pelos escritos de Karl Marx e identificou o impacto inovador e criativo dos empreendedores no funcionamento da economia capitalista. Portanto, uma economia de mercado se desenvolve quando há surgimento técnico que permita maior produtividade dos fatores de produção (VIEIRA, 2017).

Sendo assim Schumpeter (1961) via a economia capitalista imersa no processo que ele denominou de destruição criativa, ou seja, o constante surgimento de inovação revolucionaria o modo produtivo como foi no caso tanto do fordismo ou o toyotismo por exemplo. Ambos revolucionaram as estruturas de produção e consequentemente o modo de produção capitalista. É nesse processo de destruição criativa que as antigas organizações e técnicas são superadas por novas e provocam não apenas crescimento no agregado quantitativo, mas também na melhora da qualidade de vida da população.

2.6 CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO NA VISÃO KEYNESIANA

John Maynard Keynes foi um dos maiores e não o maior “divisor de águas” do pensamento econômico em toda a história. Foi contraponto ao pensamento liberal de sua época propondo que o estado tem e deveria ter um papel fundamental na organização da economia e intervir para provocar seu bom funcionamento (BRUE, 2011). Apesar de não ter se importado tanto em gerar uma teoria do desenvolvimento econômico propriamente dito, os estudos de Keynes foram de suma importância para a solução da grande crise de 1929. Sua teoria focou na importância do gasto do governo, sobretudo em períodos de recessão, sendo cruciais para todo o pensamento da ciência econômica (KEYNES, 2012).

Keynes não via a economia como dotada de capacidade de autorregulação com tendência de longo prazo ao equilíbrio e pleno emprego, como era a visão do mainstream de sua época. Desta forma, se a economia estiver em período de crise, ou seja, com capacidade produtiva ociosa devido o baixo nível da demanda, o estado deve aumentar os seus gastos para fomentar a retomada das atividades econômicas. Portanto, o investimento do governo é crucial para provocar o crescimento econômico, já que sob essas circunstâncias o aumento da demanda provocaria a reutilização da capacidade ociosa e consequentemente geraria empregos e renda para a sociedade (KEYNES, 2012).

No pós crise de 1929 o pensamento de Keynes botou em cheque a lei de Say e permitiu um novo olhar sobre a relação do estado com a economia, em especial a importância das políticas econômicas para geração de emprego e amenização dos problemas de uma economia de mercado (DALPIAZ et al, 2016).

Conforme Dalpiaz et al (2016) partindo dos estudos de Keynes e com a função do pensamento pós-keynesiano com o pensamento neoclássico, surgiu a síntese neoclássica. Foram produzidos uma série de modelos de crescimento preocupados em explicar as relações entre capital, trabalho, capital humano, poupança, investimento e outras variáveis com o crescimento da renda de uma sociedade.

O modelo dos economistas Roy F. Harrod e Evsey Domar foi um dos primeiros e mais importantes modelos de crescimento econômico que chegou a conclusões semelhantes às de Keynes (VIERA, 2017). Recebendo o nome desses dois economistas, o modelo Harrod-Domar é considerado um modelo de crescimento exógeno. Demonstra que o crescimento da economia é em função do nível de poupança e da produtividade do capital. Portanto, as implicações básicas se dão a partir da ideia de que o crescimento depende da quantidade de trabalho e capital, mais o investimento que leva à acumulação de capital.

2.7. DESENVOLVIMENTO NA PERSPECTIVA DA “VELHA” ESCOLA INSTITUCIONALISTA DE ECONOMIA E NA “NOVA” ESCOLA INSTITUCIONALISTA DE ECONOMIA

Diferente das abordagens neoclássicas onde as instituições são tratadas como exógenas e a tecnologia como estática, as escolas institucionalistas levam em consideração os fatores culturais, históricos e institucionais na abordagem do desenvolvimento das economias. O pensamento institucionalista é dividido entre duas correntes que recebem seus nomes de acordo com o tempo de existência, portanto, a primeira é a velha escola institucionalista que tem Thorstein Veblen como principal economista e a segunda corrente é a nova escola institucionalista tendo o ganhador do nobel de 1993 o Douglas North.

Conforme Arend et al (2012) os pontos centrais da velha escola institucionalista estão nos conceitos de instituições e hábitos sociais dos indivíduos, desta forma a velha escola não tem por objetivo a formulação de um modelo que parta de uma simplificação da realidade. O foco desta escola está muito mais no entendimento da dinâmica social e histórica e os papéis dos agentes nesse processo.

As principais características do velho institucionalismo, de acordo com Pondé (1997) são primeiramente a ênfase nas relações de poder, ou seja, a noção de que as relações entre os indivíduos são marcadas por conflitos de interesses. Segunda característica é a descrença na autorregulação da economia, terceiro ponto a importância atribuída a história para se entender as mudanças nas organizações

sociais e institucionais, principalmente entendida de forma cumulativa. Nesse ponto há um grande rompimento com o pensamento neoclássico da época que não considerava as especificidades de cada contexto histórico. Por fim, o quarto ponto é o holismo, isto é, esta escola entende a economia como parte de um todo que está em constante evolução social e cultural. Portanto, o indivíduo não é livre do seu meio, desta forma a sua racionalidade estará sempre institucionalizada.

As instituições são os hábitos de pensamento dos seres humanos, questões relativas às rotinas e costumes na visão de Veblen. Conforme Conceição (2002) a ideia de instituição se dá pela relação entre o momento presente, que por sua vez tem impacto no futuro, ou seja, o molda. Tudo isso através de um processo seletivo que também possui características de coerção, que dá norte ao modo como os agentes entendem as coisas, altera ou fortalece seus discernimentos.

Na visão de Veblen (1965) a mudança nas instituições e consequentemente o desenvolvimento econômico se dá num misto entre os princípios do darwinismo e do lamarckismo, ou seja, tanto pela seleção natural na sociedade quanto pela herança das características adquiridas. Portanto, o desenvolvimento ocorre com bons hábitos e boas instituições que permitem o enriquecimento da sociedade, sendo necessário a liberdade para as instituições.

A nova escola institucionalista herda uma série de características da velha escola, de acordo com Arend et al (2012) Douglas North que foi ganhador do nobel de economia de 1993 e principal pensador desta escola, argumentar que as instituições são necessárias para fazer contraponto às incertezas das relações humanas. Os estudos de North são importantes para entender a necessidade de instituições sólidas para que a economia se desenvolver, isto é, com essas instituições e o aumento da confiança nas relações humanas, de ordem econômica, jurídica e afins, dão aos agentes economias mais segurança na vida diária que propicia um ambiente de prosperidade.

Nas palavras de North “as instituições são as regras do jogo em uma sociedade, ou mais formalmente, são as limitações idealizadas pelo homem que dão forma à interação humana. Elas estruturam incentivos na interação humana, seja político, social ou econômico.” (NORTH, 1995). O autor leva muito em consideração

os fatores formais e informais institucionais e descreve sobre as relações e impactos que esses fatores têm na economia.

Os fatores de limitação informais estão mais relacionados às questões culturais, e portanto sociais dos indivíduos. Neste caso, questões referentes à rotina, tradições, costumes e outras convenções sociais informais têm impacto na tomada de decisão dos agentes e consequentemente na dinâmica econômica. Já as formais estão mais relacionadas às leis e ao funcionamento das instituições formais, ou seja, instituições políticas, jurídicas e econômicas da sociedade. Nem sempre uma mudança formal terá impacto direto e imediato na economia, pois pode haver contraponto com as limitações informais (AREND ET AL, 2012).

Para North, as instituições desempenham papel fundamental no funcionamento do longo prazo da economia. Além das questões citadas anteriormente, as instituições quando empregam a tecnologia disponível de forma eficiente podem abaixar os custos de produção e transações. Logo, a depender da qualidade das instituições, uma nação pode prosperar e se desenvolver ou regredir e involuir (NORTH, 1995).

Na nova escola também há a importância que a antiga escola atribuía a história. Um ponto que a nova escola destaca é o aprendizado dos agentes e a acumulação deste que é levado em consideração na tomada de decisões dos indivíduos. North destaca inclusive que algumas sociedades que possuem sistema de crenças e instituições que não são sólidas e nem positivas para a economia podem não aproveitar de forma adequada o conhecimento adquirido ao longo do tempo, desta forma permanecerem involuídas e estagnadas (AREND ET AL, 2012).

3. MATERIAL E MÉTODO

O presente estudo visa a elucidação do desenvolvimento social e econômico de Caruaru e a descrição da evolução dos índices econômicos, educacionais, de infraestrutura e saúde do município entre os anos de 2010 e 2019. O trabalho possui caráter exploratório e descritivo, tendo por base a obtenção de dados secundários em base de dados online tais como o IBGE, Condepe/Fidem, Ministério da Educação como no caso do IDEB e ministério da saúde através do DATASUS.

Sendo estes dados de natureza quantitativa. Aliada a isto também foi realizada a revisão da literatura econômica acerca das teorias do desenvolvimento e crescimento econômico à luz de diferentes escolas de pensamento econômico.

É Importante salientar que parte dos dados obtidos se encontram defasados. Portanto, nem todos os gráficos e tabelas abordaram o período de 2010 e 2019 por completo, mas sempre estarão dentro deste espaço de tempo.

4 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE CARUARU A PARTIR DO ANO 2010 ATÉ 2019

Nesse capítulo será abordado a evolução dos índices socioeconômicos do município de Caruaru a partir do ano de 2010 até o ano de 2019. Abrangendo uma parte considerável da última década, excluído o ano de 2020 devido o seu caráter atípico de pandemia. Salientando que nem todos os dados apresentados e descritos estarão com série histórica referente ao período acima citado. Muito devido a defasagem de algumas séries ou escassez de dados oficiais.

Os índices abordados a seguir serão tratados em subcapítulos referentes a cada tema, serão expostos os aspectos da economia de Caruaru, ou seja, a proporção do PIB da cidade em comparação com demais localidades. Também a evolução do PIB per capita, índices referentes à dimensão da pobreza e desigualdade social no município. Também abordaremos dados sobre emprego e renda. Os dados de infraestrutura de Caruaru, sobretudo questões da coleta de esgoto. A educação em especial a taxa de escolarização e a qualidade do ensino oferecido na rede pública do município usando o índice de desenvolvimento da educação básica, de sigla IDEB como base.

Por fim, abordaremos os dados da saúde municipal, dados como a incidência de diarreia, quantidade de profissionais atuantes, unidades de saúde, expectativa de vida, bem como a taxa de mortalidade infantil são importantes para dimensionar a qualidade dos serviços de saúde oferecidos para a população caruaruense.

4.1. EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES DE DIMENSÃO ECONÔMICA DE CARUARU

Apesar de não ser um dado para se abordar crescimento econômico é importante entender as dimensões do produto interno bruto, de sigla PIB. É necessário salientar que este dado sofre interferência direta da inflação, ou seja, seria necessário a deflação desse índice para análise mais precisa. Porém não

existe deflator para o PIB de Caruaru, portanto este dado econômicos e os demais de mesma natureza serão todos nominais.

Em seguida ao PIB será exposta o primeiro dado para análise de crescimento econômico que é o PIB *per capita*, que por definição é a divisão do PIB pela população do local analisado. Conforme Siedenberg (2003) ambos os índices de PIB e PIB *per capita* no passado eram usados como indicadores quase que absolutos para se medir o crescimento/desenvolvimento de uma nação ou região. Porém, possuem uma série de limitações o que os torna incompletos. É muito difícil contemplar as dinâmicas econômicas não oficiais, isto é, setores com grande participação da informalidade. Para o caso caruaruense é muito expressivo que um dos principais setores da economia municipal, que é o de confecção, é substancialmente informal (MILANÊS, 2020).

Tabela 1 – Produto Interno Bruto nominal de Caruaru, Agreste Pernambucano, Pernambuco e Recife nos anos de 2010 e 2019 em Bilhões de reais e o respectivo crescimento percentual entre os ano de 2010 e 2019

	2010	2019	Variação do Crescimento entre 2010 e 2019
Caruaru	R\$ 3,42 Bilhões	R\$ 7,61 Bilhões	122,7%
Pernambuco	R\$ 97,19 Bilhões	R\$ 197,80 Bilhões	103,5%
Agreste Pernambucano	R\$ 14,50 Bilhões	R\$ 32,60 Bilhões	124,27%
Recife	R\$ 33,30 Bilhões	R\$ 54,60 Bilhões	63,89%

Fonte: elaboração própria a partir de dados CONDEPE-FIDEM e IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2021.

Conforme os dados obtidos online no site do CONDEPE-FIDEM e do IBGE, a evolução do PIB nominal de Caruaru segue de forma acelerada. De R\$ 3,4 bilhões em 2010 alcançou R\$ 7,6 bilhões em 2019. Em termos percentuais são 122,7% de crescimento nominal da economia caruaruense ao longo dos 10 anos abordados. Nesse mesmo período, a economia de Pernambuco cresceu 103,5% e a do Agreste

Pernambucano cresceu 124,27%. A capital do estado apresentou 63,89% de crescimento do PIB nominal no período de 2010 a 2019.

Logo, a taxa de crescimento da economia caruaruense neste período ficou apenas um pouco abaixo da taxa média de crescimento da mesorregião do Agreste Pernambucano, onde Caruaru é a cidade mais populosa e também de maior PIB. E o município também ficou acima da taxa de crescimento do estado de Pernambuco e da capital do estado, Recife.

Os dados apresentados na tabela 1 são nominais e, portanto, sofreram influência da inflação nos anos abordados. Além disto como vimos na literatura econômico e nas suas diversas escolas de pensamento, o crescimento econômico pode em tese significar uma melhora no bem-estar. Seja pelo aumento da fronteira de possibilidade de consumo por exemplo (BRUE, 2011). Porém o PIB por si só nos informa o volume de produtos de uma economia para entender se realmente há melhora qualitativa precisaremos observar dados mais específicos como os a seguir no gráfico 1.

Na tabela 2 visualizamos melhor a variação do crescimento nominal da economia de Caruaru comparado a economia de Pernambuco, da região Nordeste e do Brasil de acordo com os dados do CONDEPE-FIDEM e IBGE.

Tabela 2 – Variação da taxa de crescimento nominal do PIB de Caruaru, Pernambuco, Nordeste e Brasil para os anos de 2011 à 2019.

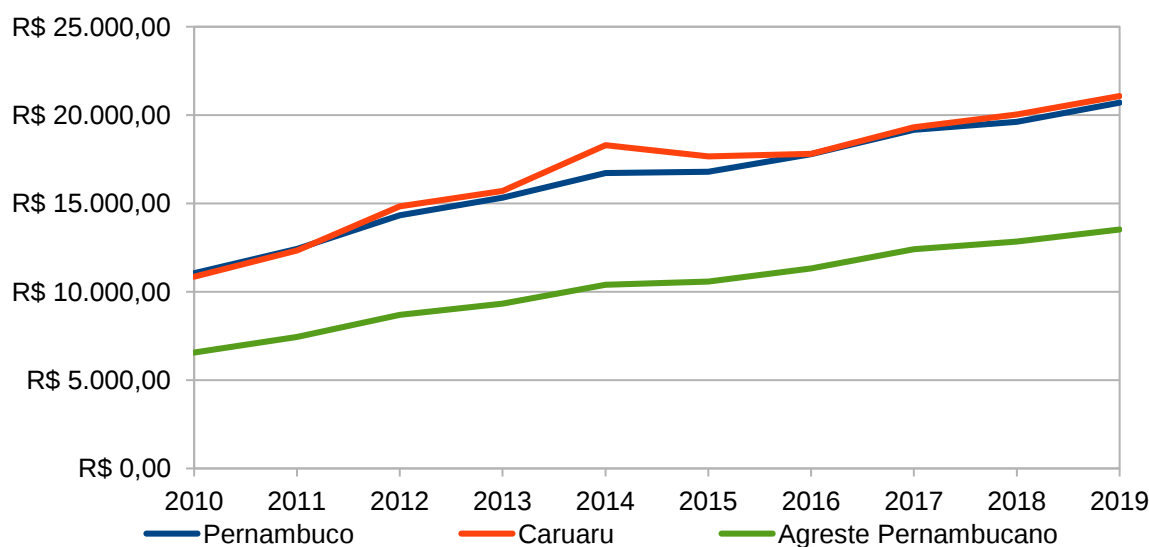
Ano	Caruaru	Pernambuco	Nordeste	Brasil
2011	15,2%	4,50%	4,10%	4,00%
2012	22,09%	3,90%	3,00%	1,90%
2013	10,2%	2,90%	3,10%	2,90%
2014	18,15%	1,90%	2,80%	0,50%
2015	-2,14%	-4,20%	-3,40%	-3,50%
2016	2,16%	-2,90%	-4,50%	-3,30%
2017	9,79%	2,10%	1,60%	1,30%

2018	3,98%	1,90%	1,80%	1,80%
2019	6,48%	1,20%	1,10%	1,10%

Fonte: elaboração própria a partir de dados CONDEPE-FIDEM e IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2021.

Na tabela acima as 4 localidades destacadas sofrem influência do processo de inflação, ou seja, existe o crescimento que ocorreu de fato pelo aumento na produção e existe aquele que se dá pelo aumento no nível dos preços. Dito isso ainda é possível destacar um fenômeno curioso o desempenho de Caruaru apresentado nos anos de crise de 2015 e 2016. Mesmo contraindo -2,14% em 2015, o decrescimento foi menor que as demais localidades abordadas e no ano seguinte de 2016 a economia municipal apresentou um crescimento indo na contramão do estado, região e nação.

Gráfico 1 – Produto Interno Bruto *per capita* nominal de Caruaru, Agreste



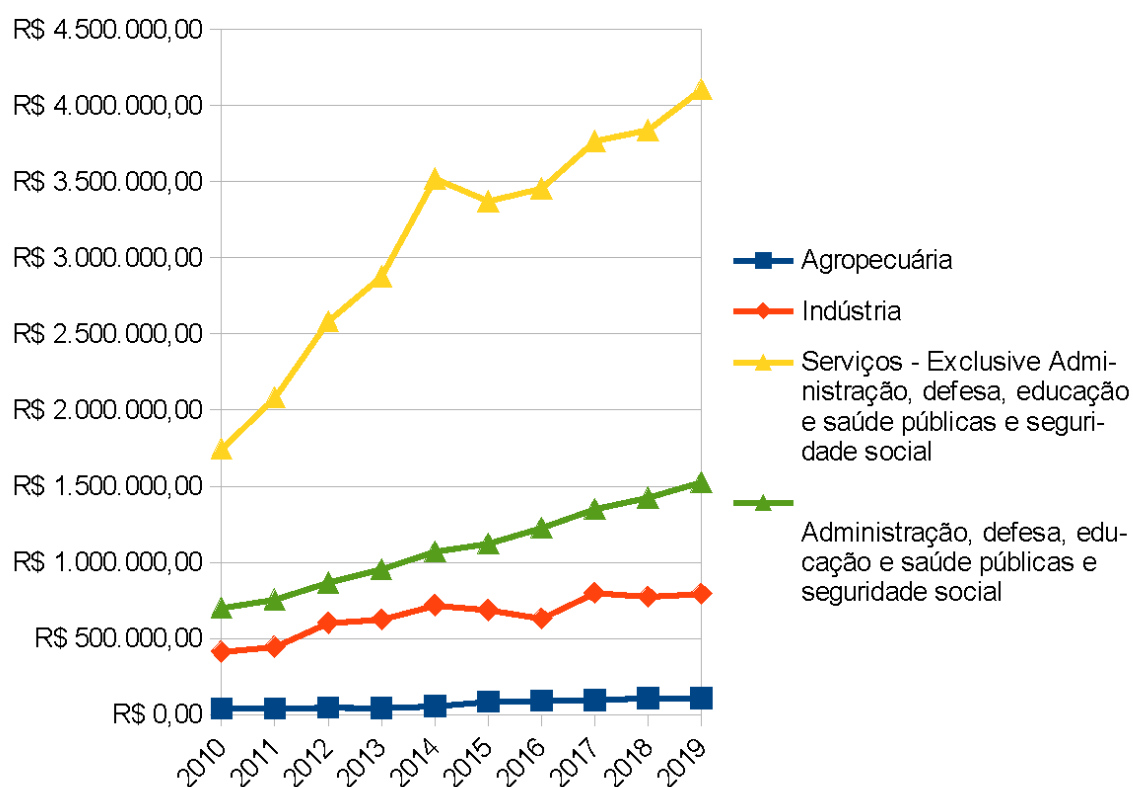
Pernambucano e do estado de Pernambuco entre os anos de 2010 à 2019

Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. 2021.

O PIB *per capita* nominal de Caruaru como podemos analisar no gráfico 1 apresenta tendência de acompanhar a evolução do PIB *per capita* nominal do estado, apesar de se apresentar um pouco acima no ano de 2014. Quando o PIB *per capita* nominal de Caruaru era R\$ 18.295,44 e do estado de Pernambuco de R\$ 16.722,05. Em todos os anos abordados, Caruaru se manteve acima da média de sua mesorregião, o Agreste Pernambucano. A partir desse dado podemos afirmar que além do crescimento quantitativo é possível afirmar que há ganhos qualitativos para a população caruaruense.

Conforme Araújo (1998) podemos alinhar essas informações até então apresentadas a literatura econômica sob a ótica dos institucionalistas. Como veremos no gráfico 2 a seguir que divide o PIB de Caruaru por setores de atividade e um dos destaques é que o setor industrial é maior do que a agropecuária. Ou seja, o ambiente econômico institucional caruaruense é mais diversificado e dinamizado por ter uma indústria mais forte que a agricultura. Essa linha de pensamento vai na contramão da já ultrapassada escola fisiocrata que defendia que a riqueza vinha justamente da agricultura (BATISTA, 2012).

Gráfico 2 – Produto Interno Bruto nominal de Caruaru por setor de atividade econômica (em R\$ 1.000)



Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE e do CONDEPE/FIDEM – BDE, 2022.

Como já explicado anteriormente o setor da indústria ter proporções maiores do que da agropecuária no município de Caruaru. Além disto é evidente o fenômeno global do setor de serviços ser disparado o que maior proporção.

Ainda na literatura econômica, mas agora levando em consideração a teoria de Keynes temos que além do fator da indústria mais relevante que o setor agro, houve crescimento constante e expressivo dos serviços públicos. Como Keynes já afirmou o aumento dos gastos do governo proporciona crescimento na economia (KEYNES, 1973). Também vale destacar que os serviços não públicos apresentam crescimento expressivo. Juntando todos esses fatores podemos entender em partes o crescimento do PIB per capita e a melhora aparente no bem-estar da população caruaruense.

Tabela 3 – Produto interno bruto nominal de Caruaru por setor de atividade econômica nos anos de 2019 e 2010 e a variação do crescimento de cada setor entre esses anos (valores em R\$ 1.000)

	Agropecuária	Indústria	Serviços - Exclusive Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
2019	R\$ 110.385,00	R\$ 793.572,10	R\$ 4.106.275,83	R\$ 1.527.960,22
2010	R\$ 42.542,00	R\$ 413.529,00	R\$ 1.745.610,00	R\$ 701.541,00
Variação do crescimento	159,47%	91,90%	135,23%	117,80%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE e do CONDEPE/FIDEM – BDE, 2022.

Por fim dando um último detalhamento nos setores da economia do município temos que apesar da pouca expressividade da agropecuária, é justamente esse setor que apresenta maior crescimento nominal.

4.1.2 DESIGUALDADE SOCIAL EM CARUARU: POBREZA, EXTREMA POBREZA E CONCENTRAÇÃO DE RENDA NA POPULAÇÃO

Como explicado tanto por Brue (2011) quanto por Araújo (1998) a desigualdade de renda e em especial as suas causas são vistas de formas diferentes em cada escola de pensamento. Mas há praticamente uma unanimidade a visão de que a extrema pobreza e a pobreza são problemas sociais graves que devem ser combatidos, apesar é claro das diferenças de como agir que cada escola prega ser a correta.

Nesse subcapítulo tentaremos compensar algumas defasagens que o PIB *per capita* por exemplo não consegue nos mostrar, ou seja, analisaremos o índice de gini e os dados do governo federal sobre o quantitativo de pessoas vivendo em situação de pobreza e extrema pobreza. Conforme Wolffebüttel (2004) o índice de gini é um coeficiente matemático, que leva o nome de seu criador, o matemático Conrado Gini. O índice vai de uma escala de 0 a 1, sendo o seu ponto mínimo o estado de igualdade absoluta de distribuição de renda e o ponto máximo o inverso, ou seja, o grau absoluto de concentração de renda. Onde apenas uma pessoa seria detentora de toda a riqueza da sociedade. Ambos os pontos extremos são utópicos.

Tabela 4 – Índice de Gini de Caruaru, Pernambuco, Nordeste e Brasil no ano de 2010

Caruaru	0,54
Pernambuco	0,63
Nordeste	0,62
Brasil	0,53

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do censo do IBGE, 2010.

De acordo com o último censo disponível do IBGE de 2010 a cidade de Caruaru tem uma concentração de renda menor do que a média estadual, regional e e fica ligeiramente acima do índice nacional. Entretanto, não quer dizer que a situação do município esteja boa, por mais que o índice de gini seja importante para dimensionar a concentração de renda e vastamente utilizado internacionalmente, os

dados acima apresentados se encontram atrasados. Já que o último censo foi realizado a mais de 10 anos atrás, em 2010.

Conforme a literatura os fatores para a desigualdade social são vários, tanto um ambiente institucional ruim que não dá boas oportunidades a população como é a visão da escola institucionalista. Desde a ótica de ver o capitalismo em si como um sistema que tem tendência a acumulação de riqueza e, portanto, inerentemente desigual, que é o caso da escola marxista por exemplo (BRUE, 2011). Em todo caso o índice de gini sozinho não está nos informando adequadamente a dimensão da desigualdade social em Caruaru.

Para melhor entendermos a dimensão da pobreza no município devemos recorrer a outros índices. Tais como os dados amostrais do cadastro único que informam o quantitativo de pessoas que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza, por estados e municípios.

Antes de mostrar os dados sobre a proporção da população caruaruense que vive em condições de pobreza ou extrema pobreza, devemos ver quais são as definições dessas categorias. Nas tabelas 5 e 6 a seguir podemos ver as mudanças nas definições da faixa de renda *per capita* para categorizar pessoas na extrema pobreza e pobreza, assim como consta no site do ministério da cidadania.

Tabela 5 – Mudança nas definições de extrema pobreza por faixa de renda familiar *per capita*

Período	Renda <i>per capita</i>
Até o mês de abril de 2014	Renda familiar <i>per capita</i> menor ou igual a R\$ 70,00
Maio de 2014 a junho de 2016	Renda <i>per capita</i> menor ou igual a R\$ 77,00
Entre junho de 2016 a maio de 2018	Renda <i>per capita</i> menor ou igual a R\$ 85,00
De junho de 2018 em diante	Renda <i>per capita</i> menor ou igual a R\$ 89,00

Fonte: Elaboração própria a partir de informações do Ministério da Cidadania – MC, 2022.

Como podemos ver na tabela 5 acima e tabela 6 abaixo as modificações nas faixas de renda consideradas pobreza e extrema pobreza sofreram modificações

periódicas. Essas modificações são decorrentes do entendimento que o custo de vida subiu com o passar dos anos e por esse motivo se fez necessária as atualizações.

Tabela 6 - Mudança nas definições de pobreza por faixa de renda familiar *per capita*

Período	Renda <i>per capita</i>
Até o mês de abril de 2014	Renda familiar <i>per capita</i> entre R\$ 70,01 e R\$ 140,00
Entre maio de 2014 a junho de 2016	Renda <i>per capita</i> de R\$ 77,01 a R\$ 154,00
Entre junho de 2016 a maio de 2018	Renda <i>per capita</i> de R\$ 85,01 a R\$ 170,00
De junho de 2018 em diante	Renda <i>per capita</i> de R\$ 89,01 a R\$ 178,00

Fonte: Elaboração própria a partir de informações do Ministério da Cidadania – MC, 2022.

As informações acima são importantes porque nos próximos gráficos veremos o quantitativo de pessoas cadastradas no Cadastro Único, também conhecido como CadÚnico, que estão dentro das faixas consideradas de pobreza e extrema pobreza. Além da quantidade absoluta será apresentado os dados relativos. Isto é em termos percentuais quantas pessoas vivem em situação de extrema pobreza em Caruaru e quantas vivem em situação de pobreza?

Dado o período mais abrangente dos dados fica melhor a visualização da evolução da desigualdade social no município. Os dados online estão disponíveis de forma mensal, porém para melhor apresentá-los nos gráficos expus somente os dados referentes ao mês de dezembro de cada ano. A escolha foi devido ao fato de dezembro ser o último mês do ano e, portanto, o dado de fechamento mais adequado para uma série histórica anual.

Como podemos ver na Tabela 7 abaixo Caruaru vem apresentando uma queda em termos absolutos na quantidade de pessoas vivendo em situação de

pobreza. Os dados a seguir estão disponíveis no portal brasileiro de dados abertos¹ e demais bancos de dados do IBGE.

Tabela 7 – Quantidade do total de pessoas em situação de pobreza em Caruaru, Pernambuco, Nordeste e no Brasil. Entre os anos de 2012 e 2019

Ano	Caruaru	Pernambuco	Nordeste	Brasil
2012	53.206	944.550	5.852.949	19.392.882
2013	62.573	992.659	5.915.186	19.268.775
2014	62.532	956.426	5.640.615	18.491.146
2015	48.996	771.844	4.625.094	14.652.534
2016	43.904	686.878	4.127.088	12.974.976
2017	36.566	579.675	3.399.038	11.481.091
2018	31.526	483.345	2.843.326	9.679.720
2019	28.740	425.504	2.535.310	8.977.608

Fonte: Elaboração própria com base em micro dados do Cadastro Único, 2022.

É perceptível uma redução no quantitativo de pessoas vivendo em situação de pobreza nas cinco localidades contempladas na tabela 7. Caruaru, que inicialmente tinha 53.296 pessoas em situação de pobreza em 2012, passou a ter 28.740 pessoas na mesma situação em 2019. Na tabela 8 adiante vemos qual o percentual da população de cada uma dessas localidades que vivem na pobreza.

Tabela 8 – Percentual da população que vive em situação de pobreza entre os anos de 2012 a 2019 em Caruaru, Pernambuco, Nordeste e Brasil

Ano	Caruaru	Pernambuco	Nordeste	Brasil
2012	16,42%	10,58%	10,86%	10,00%
2013	18,54%	10,78%	10,60%	9,58%

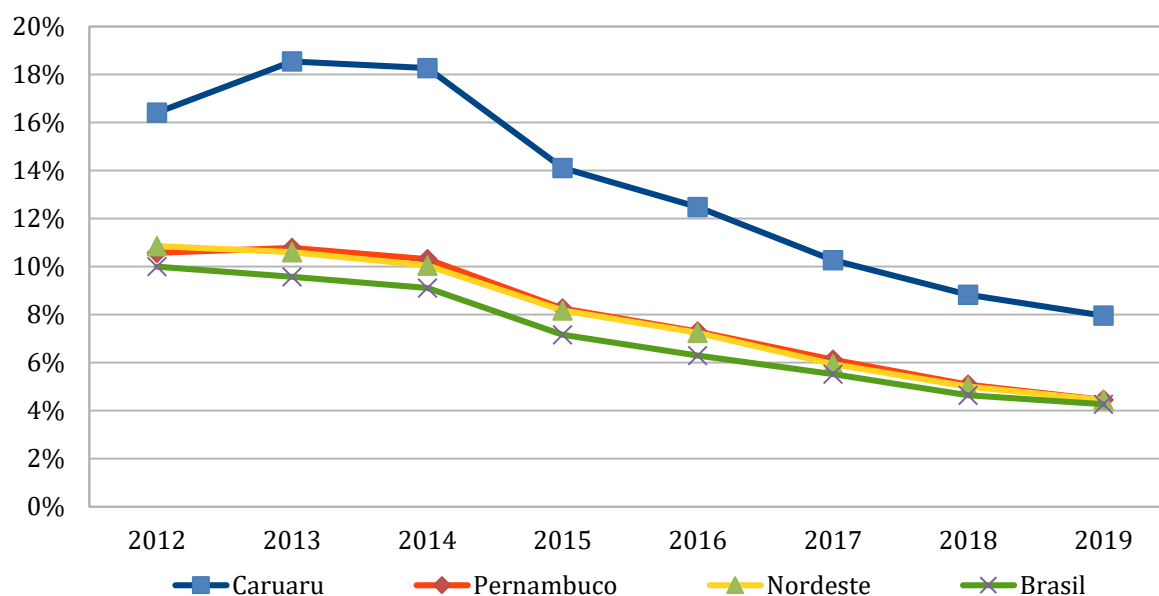
1 Disponível em: <https://dados.gov.br/dataset/cadastro-unico-familias-pessoas-cadastradas-por-faixas-de-renda>

2014	18,27%	10,31%	10,04%	9,12%
2015	14,12%	8,26%	8,18%	7,17%
2016	12,48%	7,30%	7,25%	6,30%
2017	10,27%	6,12%	5,94%	5,53%
2018	8,83%	5,09%	5,01%	4,64%
2019	7,96%	4,45%	4,44%	4,27%

Fonte: Elaboração própria com base em micro dados do Cadastro Único, 2022.

Apesar da redução do percentual de pessoas em situação de pobreza ser considerável. Já que em 2012 Caruaru tinha 16,42% de sua população vivendo na pobreza, e ao final de 2019 o percentual caiu para 7,96%. Apesar de ter ocorrido uma elevação nos anos de 2013 e 2014. Porém, se compararmos ao percentual do estado, o nível de pobreza em Caruaru é elevado. Tal como se levarmos em consideração o nível de pobreza no Nordeste e no Brasil.

Gráfico 3 - Percentual da população que vive em situação de pobreza entre os anos de 2012 a 2019 em Caruaru, Pernambuco, Nordeste e Brasil



Fonte: Elaboração própria com base em micro dados do Cadastro Único, 2022.

A situação de extrema pobreza é um pouco diferente e bem mais preocupante. Como vimos na literatura, os motivos para a desigualdade econômica

vão variar de uma escola para a outra, porém para o caso específico de Caruaru a proporção das pessoas que vivem em extrema pobreza está um pouco alarmante. Como podemos ver a seguir nas tabelas 9 e 10 e o gráfico 4.

Tabela 9 - Quantidade do total de pessoas em situação de extrema pobreza em Caruaru, Pernambuco, Nordeste e no Brasil. Entre os anos de 2012 e 2019

Ano	Caruaru	Pernambuco	Nordeste	Brasil
2012	98.213	3.774.814	23.732.553	44.684.759
2013	85.609	3.659.650	23.223.740	43.914.616
2014	85.284	3.711.715	23.659.105	45.300.249
2015	60.670	3.220.291	20.906.448	38.919.660
2016	56.207	3.071.626	19.977.058	36.803.455
2017	62.473	3.170.701	20.491.793	38.469.544
2018	65.637	3.092.646	19.946.274	37.766.288
2019	70.485	3.181.971	20.224.936	39.090.704

Fonte: Elaboração própria com base em micro dados do Cadastro Único, 2022.

Assim como no caso da pobreza, a extrema pobreza vem reduzindo consideravelmente ao longo dos anos analisados. Em números absolutos o município saiu de 98.213 pessoas vivendo na extrema pobreza no ano de 2012, para 70.485 pessoas vivendo nas mesmas condições em 2019. Ou seja, mais de 27 mil pessoas saíram da extrema pobreza nos anos analisados.

Tabela 10 – Percentual do total da população que vive em situação de extrema pobreza em Caruaru, Pernambuco, Nordeste e no Brasil entre os anos de 2012 e 2019

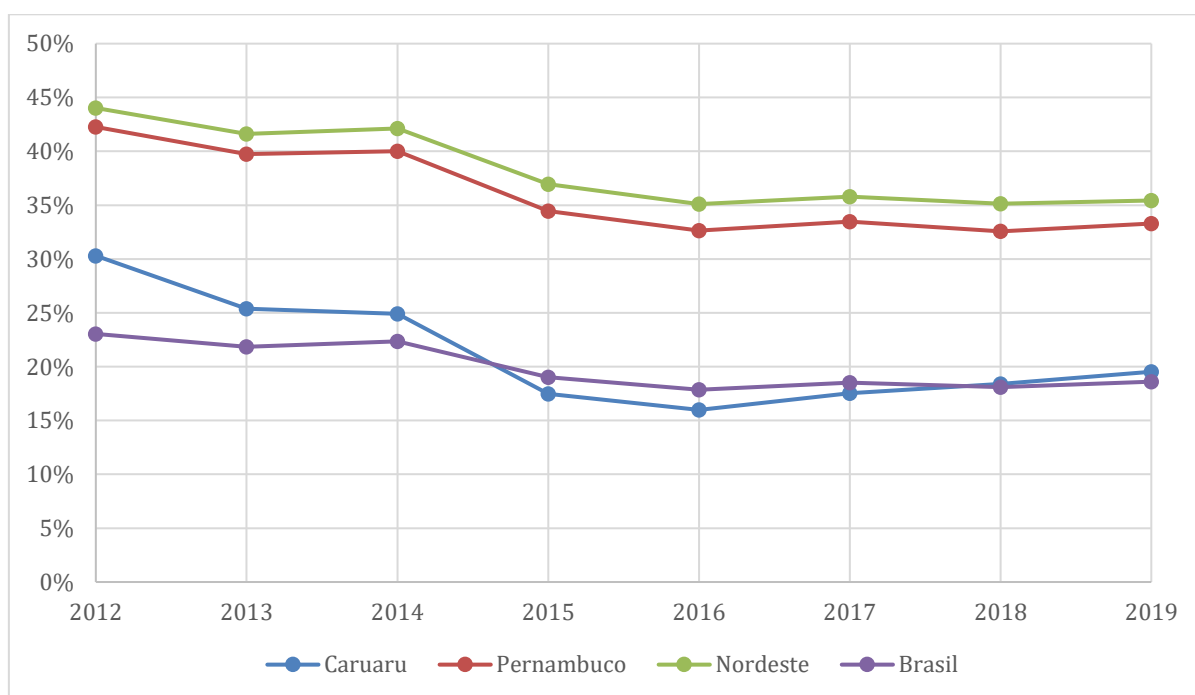
Ano	Caruaru	Pernambuco	Nordeste	Brasil
2012	30,30%	42,27%	44,02%	23,04%

2013	25,37%	39,74%	41,62%	21,84%
2014	24,91%	40,01%	42,11%	22,34%
2015	17,48%	34,46%	36,96%	19,03%
2016	15,98%	32,64%	35,10%	17,86%
2017	17,54%	33,47%	35,79%	18,53%
2018	18,39%	32,57%	35,14%	18,11%
2019	19,52%	33,29%	35,44%	18,60%

Fonte: Elaboração própria com base em micro dados do Cadastro Único, 2022.

Diferentemente dos dados da pobreza que Caruaru se encontrava acima da média estadual, regional e nacional. A extrema pobreza em Caruaru é maior do que a pobreza, se analisarmos o ano inicial de 2012 30,30% da população caruaruense estava nessa categoria, contra 16,42% na pobreza. Porém, tanto o estado de Pernambuco quanto a região Nordeste do país apresentam percentuais de extrema pobreza maiores do que os caruaruenses.

Gráfico 4 – Percentual do total da população que vive em situação de extrema pobreza em Caruaru, Pernambuco, Nordeste e no Brasil entre os anos de 2012 a 2019



Fonte: Elaboração própria com base em micro dados do Cadastro Único, 2022.

Conforme os dados do cadastro único nos informam, a extrema pobreza do município apesar de inicialmente estar acima do nível nacional, passou a ter nível semelhante após 2015. Entretanto, aproximadamente 20% da população da cidade vivia na extrema pobreza no ano de 2019. Isso significa dizer que 1 a cada 5 habitantes estavam com renda mensal per capita menor ou equivalente a R\$ 89.

Os dados apresentados nesse subcapítulo nos mostram que a economia de Caruaru sofre com problemas de desigualdade. Apesar da redução nos anos analisados o fato constatado de quase 1/5 de sua população vive em condições de extrema pobreza, ou seja, quase 20%. E de aproximadamente 8% viver em condição de pobreza nos mostra que ainda há muito a ser feito.

Se nos basearmos na perspectiva da escola institucionalista provavelmente o ambiente institucional da cidade não está eficiente o suficiente, e como veremos no subcapítulo 4.3 os níveis de educação na cidade estão também deixando a desejar. Na literatura temos que várias escolas defendem que a educação é uma das chaves para o desenvolvimento. Talvez a desigualdade da cidade seja em partes explicada por um baixo nível de capital humano (Araújo 1998).

Também como é de conhecimento geral e já muito estudo no meio acadêmico, a mesorregião do agreste tem como principal atividade econômica o polo de confecção. Como veremos no subcapítulo 4.1.3 a seguir uma parte considerável da população de caruaru trabalha de forma direta ou indireta com atividades da dinâmica do polo de confecções. Infelizmente os dados são muito escassos devido ao alto nível de informalidade neste setor. Mas como já diria Marx o que move o sistema capitalista é a geração da mais valia e a sua busca leva a redução dos custos de produção, que é claro inclui os custos com a mão de obra (BRUE, 2011).

4.1.3 ÍNDICES DE TRABALHO E RENDA DA POPULAÇÃO CARUARUENSE

O cadastro único também informa a quantidade de pessoas que tem renda *per capita* familiar de até meio salário mínimo do ano vigente. Levando em consideração a literatura, temos uma ampla documentação da reconhecida informalidade nas economias das cidades do agreste pernambucano e Caruaru não é exceção à regra. Situada no polo de confecções do agreste pernambucano (PCAP) Caruaru não é tão dependente da dinâmica têxtil como outras cidades da região, tais como Toritama e Santa Cruz do Capibaribe. Porém, inegavelmente as feiras realizadas semanalmente contribuem muito com a geração de renda local.

Como apontado por Zenatta et. Al. (2016) os (as) trabalhadores (as) da dinâmica da confecção de roupas são terceirizados nas etapas do processo de produção. Isto é, na própria lógica de funcionamento da feira da sulanca de Caruaru os feirantes para terem preços competitivos neste mercado recorrem ao trabalho informal na hora de produzir suas mercadorias. Desde o corte do tecido a costura, e por vezes até a venda na feira é delegado a “funcionários” que não estão cobertos pela legislação trabalhista.

Estes trabalhadores informais oferecem seus serviços específicos dos processos produtivos a um baixo custo unitário, por exemplo: corte de tecido, pregar botões, costura das mais variadas com tipos diferentes de máquinas. Todos que trabalham nessas etapas são terceirizados de modo a abaixar ao máximo os custos de produção. Ainda no estudo de Zenatta et. Al. (2016) por mais que exista a condição difundida do microempreendedor individual (MEI), ou seja, existe certo grau de formalização neste setor. Entretanto, a grande competição neste mercado cria a lógica de funcionamento que reproduz a mão de obra informal.

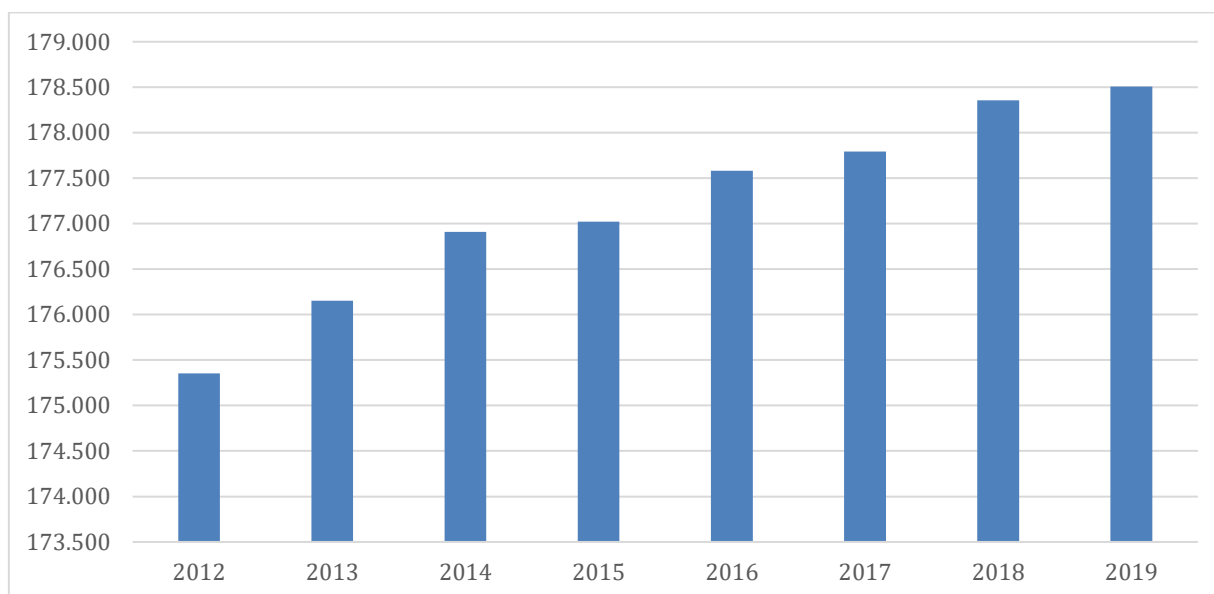
Outra característica relevante desse mercado é a participação feminina. Como foi elucidado por Milanês (2020) ambos os gêneros masculino e feminino estão desempenhando atividades informais relacionadas à costura, porém as mulheres são bem mais presentes nesta função. Logo a jornada de trabalho feminina é mais pesada pelo fato de que as mulheres além de costureiras devem desempenhar as funções domésticas. Como evidenciado por Campello (1983),

desde o princípio da feira da “sulanca” as atividades da costura vêm sendo desempenhadas, sobretudo por mulheres.

Como podemos evidenciar os estudos citados a cima corroboram com as teses da escola marxista acerca da lógica de funcionamento de uma economia de mercado (MARX, 2013). Portanto, é de se esperar que uma cidade com o arranjo econômico que Caruaru tem apresente contradições econômicas características de grandes cidades. Porém, como a economia caruaruense não é tão diversificada quanto a de uma grande metrópole os seus agentes econômicos optem aos mais variados meios de se manterem competitivos no mercado.

No gráfico 5 a seguir vemos a quantidade da população que possui renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo.

Gráfico 5 – Quantidade de pessoas com renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo no município de Caruaru entre os anos de 2012 e 2019



Fonte: Elaboração própria com base em micro dados do Cadastro Único, 2022.

Como vemos no gráfico acima o quantitativo de pessoas com renda *per capita* de até meio salário mínimo vem crescendo, porém devemos analisar o quanto cada valor desse representa em termos do percentual da população do município. Como podemos ver na tabela 11 e de forma comparativa com o estado de

Pernambuco, a região nordeste e o percentual nacional de pessoas com essa faixa de renda.

Tabela 11 – Percentual da população com renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo em Caruaru, Pernambuco, Nordeste e Brasil entre os anos de 2012 e 2019

Ano	Caruaru	Pernambuco	Nordeste	Brasil
2012	54,11%	59,28%	61,82%	39,74%
2013	52,21%	57,68%	59,93%	38,61%
2014	51,68%	57,33%	59,59%	38,37%
2015	51,00%	56,80%	59,05%	38,00%
2016	50,49%	56,49%	58,76%	37,84%
2017	49,92%	56,15%	58,45%	37,62%
2018	49,98%	56,08%	59,03%	37,56%
2019	49,43%	55,81%	58,82%	37,38%

Fonte: Elaboração própria com base em microdados do Cadastro Único, 2022.

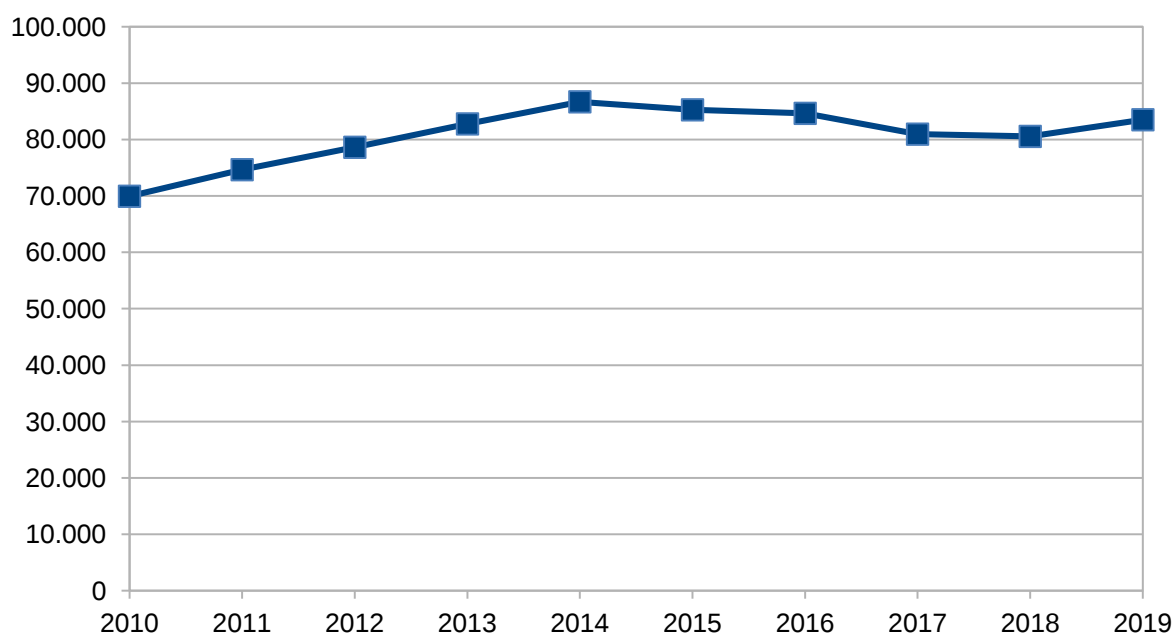
Olhando em termos percentuais fica evidente que aproximadamente metade da população caruaruense tem até meio salário mínimo *per capita* como renda mensal. Apesar é claro que ser evidente uma tendência de queda percentual, ou seja, parte do aumento do quantitativo total se dá sobretudo pelo aumento da população do município. Fazendo a devida análise comparativa temos que o município apresenta um percentual elevado de baixa renda média na sua população se considerarmos o valor nacional para os anos abordados.

Como veremos mais à frente no gráfico 8 desse subcapítulo, o emprego médio formal possui remuneração baixa. Logo podemos ver que apesar de melhoras quantitativas em diversos índices a economia de Caruaru não vem apresentando

tantas melhoras qualitativas como deveria ter o que nos indica problemas na distribuição dos ganhos de crescimento econômico.

No gráfico 6 abaixo temos o quantitativo total de pessoas ocupadas com algum emprego formal na cidade de Caruaru o no gráfico 7 seguinte o comparativo entre a média percentual do estado e do município entre os anos de 2010 e 2019.

Gráfico 6 – Pessoal Ocupado no município de Caruaru entre os anos de 2010 e 2019



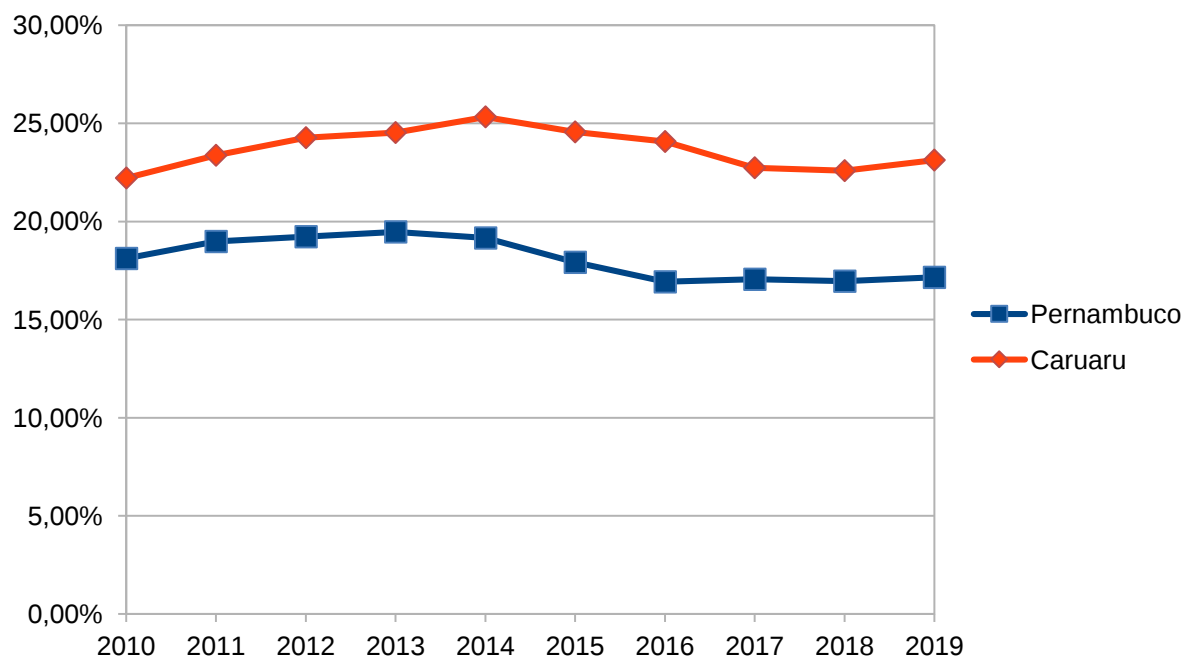
Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE, Cadastro Central de Empresas, 2020.

Observando o gráfico 6 acima podemos usar a visão institucionalista para explicar em partes o baixo quantitativo de pessoas ocupadas, ou seja, o ambiente institucional da economia da cidade de Caruaru não está em um nível de empregar formalmente a grande maioria da sua população economicamente ativa. No gráfico 7 abaixo fica melhor de visualizar isso já que durante boa parte dos anos analisados menos de 25% da população tinha algum vínculo formal de emprego.

Como já apresentado nos estudos de Milanês (2020) e Zenatta *et al* (2016), a economia da cidade tem forte influência do polo de confecções que tem como principal característica a alta informalidade. Portanto, já era de se esperar que

apesar de possuir mais de 350 mil habitantes a cidade de Caruaru apresentasse poucas pessoas com vínculo de emprego formal.

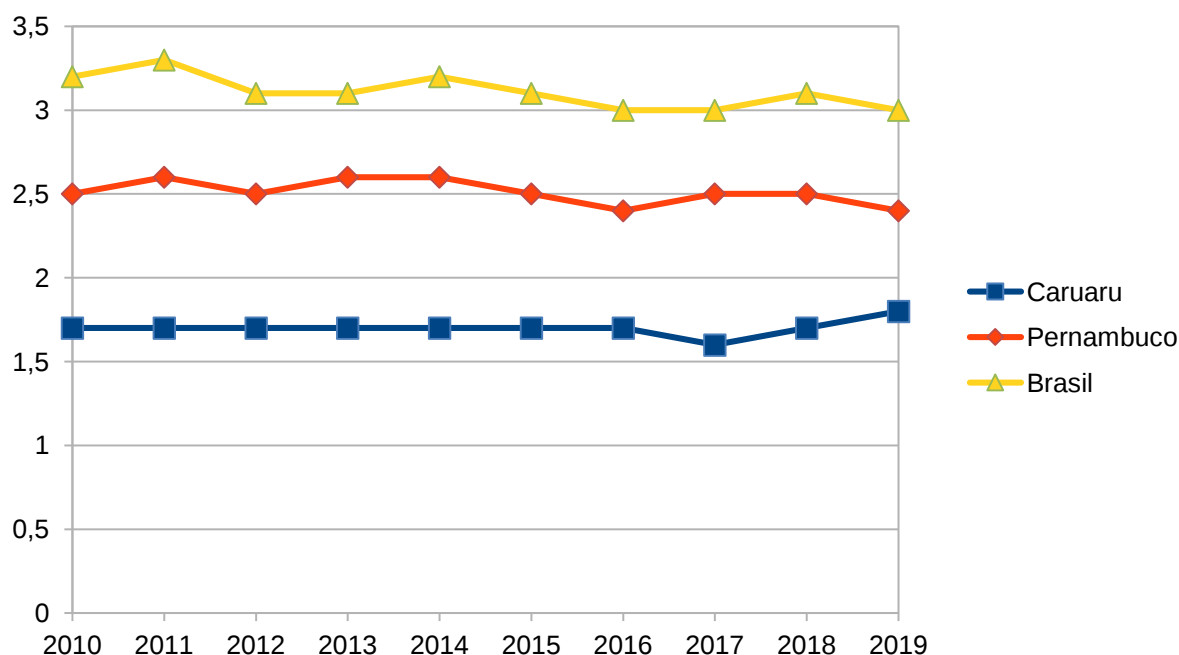
Gráfico 7 – Percentual do total da população ocupada em Caruaru e em Pernambuco para os anos de 2010 a 2019



Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE, Cadastro Central de Empresas. 2020.

Levando em consideração o percentual do total da população de Caruaru e do estado de Pernambuco com algum vínculo de emprego a cada ano, dividido pela população estimada pelo IBGE. Temos que Caruaru apresenta em termos percentuais de sua população mais pessoas ocupadas do que a média do estado de Pernambuco em todos os anos abordados. Apesar de apresentar esse bom resultado, o município não está oferecendo uma boa remuneração para sua população formalmente empregada. Como podemos ver a seguir no gráfico 8.

Gráfico 8 – Média salarial dos trabalhadores formalmente empregados no município de Caruaru, estado de Pernambuco e no Brasil entre os anos de 2010 a 2019



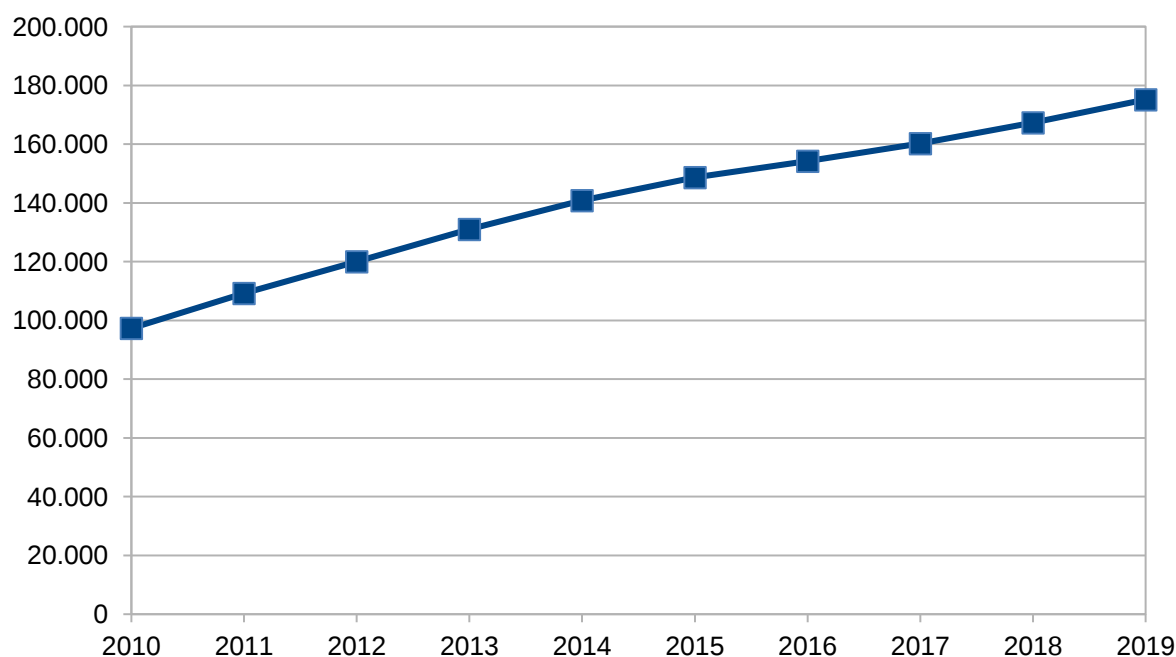
Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE, Cadastro Central de Empresas. 2020.

Mais uma vez os índices apresentados até então nos indicam que apesar do crescimento do PIB *per capita* entre os anos de 2010 e 2019 serem expressivos a média do salário formal não apresentou muitas alterações, ou seja, aparentemente os ganhos quantitativos não estão se traduzindo de forma qualitativa como deveriam. Conforme Dalpiaz *et al* (2007) usando da literatura econômica temos que muitas escolas defendem o capital humano como uma das chaves para o desenvolvimento, entre elas está a nova escola institucionalista. Como veremos no subcapítulo 4.3 os níveis de educação em Caruaru também deixam a desejar, portanto o problema institucional de Caruaru é bem mais estrutural do que parece ser.

A dinâmica da economia é como uma teia, onde tudo é interligado de forma direta ou indireta. Como apresentados nas tabelas e gráficos desse subcapítulo a renda média do caruaruense deixa a desejar. Além da alta informalidade característica da região, o trabalhador formal também não tem boa remuneração média. De acordo com North (1995) e mais uma vez usando do viés da escola institucionalista, o que os dados apresentados até então nos mostram que o ambiente institucional de Caruaru está deixando a desejar.

4.1.4 FROTAS DE VEÍCULOS DE CARUARU

Gráfico 9 – Evolução do tamanho da frota de veículos em Caruaru entre os anos de



2010 e 2019

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Ministério da Infraestrutura, Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN), 2021.

Outro índice importante para permitir ter um vislumbre melhor do nível de renda dos habitantes de Caruaru é observar a evolução da dimensão da frota de veículos. Possuir um carro ou moto pode não ser exatamente um bem de luxo, porém a posse de um automóvel atribui ao proprietário (a) um gasto mensal considerável, desde manutenção até abastecimento. Portanto, o crescimento da frota é um indício de que a população possui certo nível aquisitivo considerável.

Como o gráfico 9 acima nos permite observar o crescimento da frota de veículos em Caruaru foi considerável nos anos analisados. De uma frota de 97.316 veículos em 2010, para 175.186 veículos em 2019. Sendo o aumento da frota entre os anos de 2010 a 2019 de 80% veículos a mais.

Vimos no subcapítulo anterior que a renda média do habitante de Caruaru deixa a desejar, entretanto a frota de veículos da cidade cresceu nos anos analisados. Em parte, é possível afirmar que houve crescimento populacional, mas também é provável que o crescimento econômico melhorou poder aquisitivo ao menos de parte da população. Ainda assim devemos levar em consideração que uma frota maior propicia outros problemas social de poluição e de trânsito, ou seja, podem também se tornarem fatores negativos para o crescimento e consequentemente desenvolvimento econômico devido a piora no ambiente institucional (ARAÚJO, 1998).

4.2 INFRAESTRUTURA DE CARUARU

Nesse subcapítulo serão apresentados dados sobre coleta de lixo, acesso a água encanada e acesso a rede elétrica. A ideia econômica nessa parte é de que uma localidade com boa coleta de lixo e boa infraestrutura permite cidadãos mais saudáveis em média. Logo, como consta na literatura econômica acerca do desenvolvimento econômico, tais serviços interferem na produtividade dos trabalhadores e, portanto, é importante leva-los em consideração na análise (DALPIAZ *ET AL*, 2016).

Os dados do município de Caruaru serão comparados aos dados do estado de Pernambuco e do Brasil para melhor entendimento. Infelizmente há defasagem nos dados coletados. De acordo com o censo do IBGE de 2010 a situação da infraestrutura básica de Caruaru, Pernambuco e no Brasil é a que vemos na tabela 12 abaixo.

Tabela 12 – Índices referente aos percentuais da população em domicílios com água encanada, banheiro e água encanada, coleta de lixo e acesso a energia elétrica em Caruaru, Pernambuco e no Brasil no ano de 2010

Índice	Brasil	Pernambuco	Caruaru
--------	--------	------------	---------

% da população em domicílios com água encanada 2010	92,72	83,69	89,22
% da população que vive em domicílios com banheiro e água encanada 2010	87,16	78,22	88,45
% de pessoas em domicílios urbanos com coleta de lixo 2010	97,02	94,74	98,15
% de pessoas em domicílios com energia elétrica 2010	98,58	99,47	99,68

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do censo do IBGE de 2010.

Na maioria dos dados Caruaru se encontra acima da média do estado, porém um pouco abaixo da média nacional. Em 2010 89,22% da população de Caruaru tinha acesso a água encanada, um pouco acima dos 83,69% do estado de Pernambuco. Caruaru também se destaca com 98,15% da população em domicílio urbano com coleta de lixo, ficando acima do percentual nacional. Como também é destaque com 99,68% dos domicílios com energia elétrica no ano de 2010.

Tabela 13 – Percentuais da população urbana com acesso à rede de esgotamento sanitário em Caruaru, Pernambuco e no Brasil entre os anos de 2013 a 2017

Índice	Brasil	Pernambuco	Caruaru (PE)
% da população urbana residente em domicílios ligados à rede de esgotamento sanitário no ano de 2013	54,91	23,56	46,14
% da população urbana residente em domicílios ligados à rede de esgotamento sanitário no ano de 2014	56,5	25,72	48,85
% da população urbana residente em domicílios ligados à rede de esgotamento sanitário no ano de 2015	56,74	24,95	49,6
% da população urbana residente em domicílios ligados à rede de esgotamento sanitário no ano de 2016	58,6	31,44	53,86
% da população urbana residente em domicílios ligados à rede de esgotamento sanitário no ano de 2017	58,95	32,18	59,95

Fonte: elaboração própria tomando por base dados do IBGE

Como vemos na tabela 13 acima, o acesso a rede de esgotamento sanitário vem crescendo em Caruaru. No ano de 2013 46,14% dos domicílios urbanos tinham

acesso à rede, em contrapartida no ano de 2017 eram 59,95%. Caruaru que em 2013 estava abaixo do percentual nacional consegue superá-lo em 2017. Em todos os anos abordados o município apresenta melhor acesso a rede de esgoto do que a média de Pernambuco.

Logo podemos constatar apesar da defasagem dos dados que o município apresenta melhora nesses serviços essenciais, o que se traduz em uma melhora sob esse aspecto para o ambiente institucional da economia caruaruense.

4.3 ÍNDICES DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO

Os dados deste subcapítulo serão sobre a qualidade do ensino público oferecido no município. Conforme Feijó (2007) na literatura econômica, sobretudo nos estudos dedicados as análises de desenvolvimento econômico, a educação é vista como uma área chave e imprescindível, o que faz desse subcapítulo importante para entender os dados econômicos apresentados anteriormente.

A seguir veremos a quantidade de alunos matriculados e de docentes, quantidade de escolas e creches no município para os anos abordados, as notas do índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) e teremos uma dimensão do grau de escolaridade da população de Caruaru.

Conforme o Ministério da Educação o índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) funciona como um indicador nacional para medir a qualidade de ensino. Portanto, para se calcular este índice que vai de 0 a 10 é levada em consideração a taxa de rendimento escolar, ou seja, a taxa de aprovação da instituição de ensino e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep² (BRASIL, 2022).

A seguir reveremos as tabelas 14, 15 e 16. As três são referentes as notas do IDEB na rede pública de ensino de Caruaru, também a comparando com a da capital

2 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)

do estado, Recife. Já na tabela 16 devido a disponibilidade será comparada a nota municipal com a média estadual.

Tabela 14 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos anos iniciais do ensino fundamental público da cidade de Caruaru e de Recife para os anos de 2011, 2013, 2015, 2017 e 2019

Município	2011	2013	2015	2017	2019
Caruaru	4.4	4.2	4.5	5.2	5.5
Recife	4.1	4.2	4.6	5.0	5.2

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2021.

A qualidade dos anos iniciais do ensino fundamental público de Caruaru se equiparam as de Recife. Apesar de em boa parte dos anos analisados Caruaru se encontrar um pouco acima da nota de Recife, com exceção de 2015. Apesar da nota estar crescendo ao longo dos anos, se considerarmos que a escala do índice vai de 0 a 10, o resultado de 5.5 em 2019 não é uma boa nota.

Tabela 15 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) dos anos finais do ensino fundamental público da cidade de Caruaru e de Recife para os anos de 2011, 2013, 2015, 2017 e 2019

Município	2011	2013	2015	2017	2019
Caruaru	3.0	3.4	3.5	4.0	4.9
Recife	2.9	3.2	3.5	4.1	4.7

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2021.

Para os anos finais do ensino fundamental público, Caruaru ainda se destaca quando comparado a Recife. A exceção foi 2017 com 0.1 de diferença para Recife. Analisando no decorrer dos anos é perceptível a tendência de melhora da qualidade do ensino fundamental em Caruaru tanto para os anos iniciais quanto nos anos finais.

Tabela 16 – Nota IDEB do ensino médio público das cidades de Caruaru e Recife e a média de Pernambuco nos anos de 2017 e 2019

Cidade/Estado	2017	2019
Caruaru	4.1	4.4
Pernambuco	4.4	4.4
Recife	4.6	4.6

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2021.

A qualidade do ensino médio de Caruaru é semelhante à média do estado e fica poucos pontos decimais abaixo de Recife, o que indica certa padronização na qualidade do ensino médio.

Os dados do Ideb para o ensino médio público carecem de dados para anos mais antigos. Sendo disponíveis apenas os anos de 2017, 2019 e 2021. Como o presente trabalho pretende englobar os dados de Caruaru entre 2010 a 2019, os dados de 2021 não estão sendo levados em conta.

Observando apenas o município a melhor nota do Ideb em 2019 foi dos anos iniciais do ensino fundamental com índice de 5.5, seguido dos anos finais do ensino fundamental com 4.9, e por fim, ensino médio com 4.4. Complementando a análise sobre a educação no município de Caruaru analisaremos agora o quantitativo anual de matrículas, quantidade de docentes e unidades de ensino na cidade, visando melhor entender a evolução do Ideb da cidade.

Fazendo uma síntese das 3 tabelas apresentadas sobre as notas do Ideb e fazendo o devido paralelo tanto a literatura econômica quanto ao que já foi comentado neste trabalho. O índice como já dito vai de 0 a 10, portanto apesar dos aumentos graduais nas notas, 5.5 de nota em 2019 para os anos iniciais do ensino fundamental ou até mesmo 4.9 para os anos finais do fundamental e por fim 4.4 de nota para o ensino médio são notas que deixam a desejar, isto é a média da

educação pública da cidade não está a um nível que criar um bom ambiente institucional com boa geração de capital humano (JONES, 2000).

Ainda conforme Jones (2000) há estudos que indicam que a média de anos estudados, mas sobretudo a qualidade dos estudos influencia na renda média das pessoas. Portanto, a educação de Caruaru não foi muito boa para as gerações mais velhas e que estão agora no mercado de trabalho o que em certa medida explica a baixa remuneração do trabalhador formal médio. Porém como a educação vem apresentando melhoras graduais ainda que tímidas, isso pode significar uma melhora futura na renda média do caruaruense.

Na tabela 17 e 18 a seguir veremos questões mais detalhadas do ensino em Caruaru, desta vez focando no quantitativo de alunos.

Tabela 17 – Quantidade de matrículas por ano na rede pública e privada de ensino básico infantil, fundamental e médio de Caruaru

Ano	Ensino Básico Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio
2010	8.687	52.124	14.128
2011	9.204	51.877	14.176
2012	9.481	51.308	13.584
2013	9.694	50.273	13.752
2014	10.390	49.510	13.601
2015	10.055	48.173	13.039
2016	10.889	49.726	13.335
2017	11.269	49.791	13.495
2018	11.774	48.956	12.626
2019	12.833	49.247	12.481

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INEP (2021).

A grande maioria das matrículas estão no ensino fundamental, como veremos na tabela 18 a seguir a maior parte dos docentes também está no ensino fundamental. A quantidade de estudantes do ensino básico infantil vem em uma tendência de alta, de 8.687 matrículas em 2010 para 12.833 em 2019. Diferente da quantidade dos estudantes no ensino fundamental e médio que apesar de certa redução no número de matrículas mantém um quantitativo alto nos anos abordados.

Tabela 18 – Quantitativo de docentes na rede pública e privada de Caruaru entre os anos de 2010 a 2019 no ensino infantil, fundamental e médio

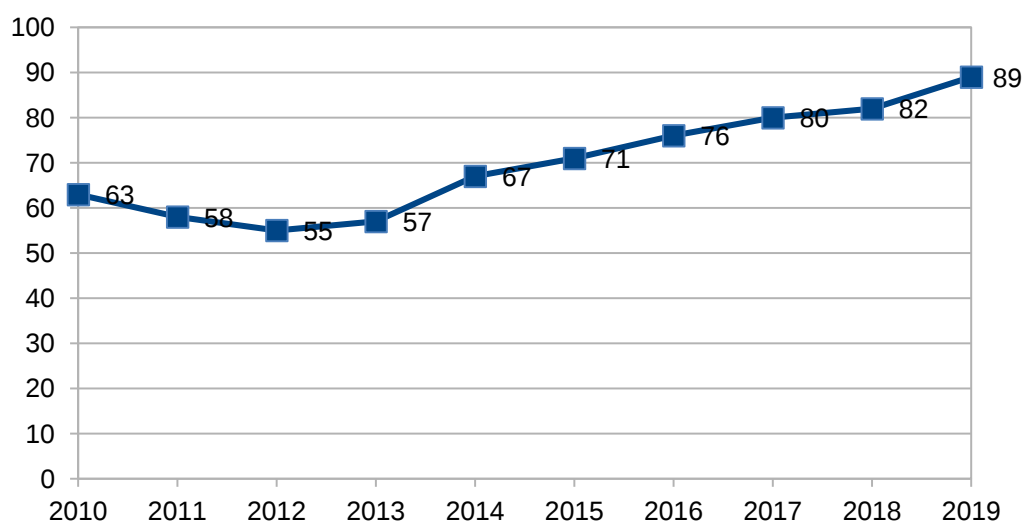
Categoria	Ensino Básico Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio
2010	503	1.996	663
2011	470	1.918	644
2012	447	1.994	644
2013	471	1.922	651
2014	493	1.946	658
2015	483	1.916	627
2016	524	1.950	637
2017	561	1.895	614
2018	613	2.017	610
2019	659	2.053	667

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INEP (2021).

A educação não ocorre sem a função do professor e a quantidade de docentes em Caruaru vem crescendo, o que ajuda a entender a melhora no Ideb da cidade. A grande maioria de fato está atuando no ensino fundamental, mas mais uma vez temos um destaque para o ensino básico infantil que tinha 503 docentes em 2010 e passou a ter 659 em 2019. Em termos de crescimento percentual a quantidade de professores no ensino infantil aumentou 31,01% entre 2010 e 2019. Para o ensino fundamental o aumento foi de apenas 2,85% e no ensino médio foi de

0,6%. Com base nisso fica evidente que o foco na educação pública está sendo na base.

Gráfico 10 – Quantidade de creches públicas e privadas em Caruaru entre 2010 e 2019



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INEP (2021).

No gráfico 10 acima podemos ver que o investimento no ensino infantil tem aumentado não apenas na quantidade de estudantes e docentes, mas também o número de creches em Caruaru cresceu de forma perceptível. O menor quantitativo foi em 2012 com 55 creches, deste então a cada ano a quantidade aumenta. No final da série em 2019, Caruaru contava com 89 creches ao todo. Aumento de 41,26% se compararmos a quantidade de 2010 com a de 2019.

É de se esperar que a melhora do ambiente institucional em Caruaru ocorra em anos futuros, quando essas crianças e adolescentes que estão sendo beneficiados pela melhora quantitativa e qualitativa no ensino entrem no mercado de trabalho. Portanto, conforme elucidado por Jones (2000) nas questões referentes a qualidades das instituições e como elas afetam a economia e atrelando isto ao caso de Caruaru temos que no presente vemos que as instituições estão melhorando positivamente e no futuro é de se esperar melhora no ambiente econômico.

Tabela 19 – Quantidade de escolas públicas e privadas do ensino pré-escolar, fundamental e médio em Caruaru entre os anos de 2010 e 2019

Categoria	pré-escolar	Ensino Fundamental	Ensino Médio
2010	154	223	38
2011	150	216	38
2012	142	212	35
2013	146	209	34
2014	153	210	33
2015	149	208	33
2016	161	214	32
2017	163	205	33
2018	162	208	31
2019	159	203	35

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INEP (2021).

As quantidades de instituições de pré-escolar, ensino fundamental e médio não sofreram muitas alterações em Caruaru ao longo dos anos abordados, diferente do que foi visto com a quantidade de creches por exemplo. Porém, é visível que Caruaru vem melhorando nos índices educacionais.

Tabela 20 – Taxa de Evasão escolar no ensino fundamental, na rede pública e privada dos anos de 2013 e 2014 em Caruaru e no Brasil

Ano	Evasão da rede de ensino fundamental pública - Caruaru	Evasão da rede de ensino fundamental privada - Caruaru	Evasão da rede de ensino fundamental pública - Pernambuco	Evasão da rede de ensino fundamental privada - Pernambuco	Evasão da rede de ensino fundamental pública - Brasil	Evasão da rede de ensino fundamental privada - Brasil
2013	6,40%	2,00%	5,00%	3,10%	3,70%	1,70%
2014	5,90%	2,80%	5,30%	4,30%	3,80%	2,60%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

É visível a discrepância entre o ensino privado e público. Em todos os índices Caruaru apresenta taxa de evasão acima das taxas nacionais e estadual, com exceção que em 2014 a taxa de evasão do ensino fundamental privado em Caruaru foi de 2,80% e a mesma taxa para o estado de Pernambuco foi de 4,30%. Outro destaque vai para 6,4% de evasão na rede fundamental pública em Caruaru, apesar da queda para 5,9% fica muito acima se comparada a rede privada do próprio município.

Tabela 21 – Taxa de Evasão escolar no ensino médio, na rede pública e privada dos anos de 2013 e 2014 em Caruaru e no Brasil

Ano	Evasão da rede de ensino médio pública - Caruaru	Evasão da rede de ensino médio privada - Caruaru	Evasão da rede de ensino médio pública - Pernambuco	Evasão da rede de ensino médio privada - Pernambuco	Evasão da rede de ensino médio pública - Brasil	Evasão da rede de ensino médio privada - Brasil
2013	16,4%	2,8%	11,1%	4,4%	12%	3,5%
2014	17,2%	2,4%	11,4%	5,2%	12,3%	3,8%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

A evasão do ensino médio privado em Caruaru é menor do que a taxa de evasão nacional e estadual. Contudo, a discrepância entre o ensino público e privado vista no ensino fundamental se mantém no ensino médio. Para a rede pública de ensino médio as taxas de evasão caruaruense foram maiores do que a do Brasil. Inclusive crescendo de 16,4% em 2013 para 17,2% em 2014. o crescimento também foi visto a nível nacional, mas em menor escala sendo 12% em 2013 para 12,3% em 2014. Para o mesmo período no estado de Pernambuco a taxa cresceu de 11,1% para 11,4%.

Em ambas as tabelas 20 e 21 é visto que o ensino público em Caruaru apresenta taxas de evasão piores do que as taxas estadual e nacional.

Tabela 22 – Quantidade da população de Caruaru por nível de escolaridade de acordo com o censo do IBGE de 2010

Município	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo
Caruaru	152.960	42.018	54.256	14.550

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do censo do IBGE (2010).

De acordo com o censo de 2010, a grande quantidade da população caruaruense carecia de instrução e possuía o fundamental incompleto. Para o mesmo ano 14.550 habitantes possuíam formação no ensino superior. Como os dados estão antigos é de se esperar que o cenário mais recente esteja bem diferente.

Considerando o que diz a literatura que quanto maior o grau de instrução da população melhor é o ambiente institucional e consequentemente a economia cresce e se desenvolve mais (JONAS, 2000). Aliando essa informação com o que vimos nos subcapítulos do 4.1 até o 4.1.4 os índices sobretudo de desigualdade nos apresentaram um cenário preocupante, em partes a explicação daqueles índices se dá pela baixa escolaridade da população que se converte em baixa produtividade e consequentemente faz com que a população local tenha baixa remuneração média.

Tabela 23 – Taxa de analfabetismo em Caruaru, Pernambuco e no Brasil por faixa etária de acordo com o censo do IBGE de 2010

Territorialidades	De 11 a 14 anos de idade 2010	De 15 a 17 anos de idade 2010	De 18 a 24 anos de idade 2010	De 25 a 29 anos de idade 2010	De 25 anos ou mais de idade 2010
Brasil	3,24%	2,2%	2,61%	3,96%	11,82%
Pernambuco	5,66%	4,24%	5,68%	8,94%	22,23%
Caruaru (PE)	4,77%	3,93%	5,41%	8,15%	19,21%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do censo do IBGE (2010).

Na taxa de analfabetismo do censo de 2010 vemos se repetir os padrões dos índices analisados anteriormente. Caruaru apresenta em todas as taxas etárias

abordadas taxas superiores as nacionais. Entretanto, o município consegue ficar melhor do que a média estadual. A faixa etária com maior taxa de analfabetismo foram os habitantes com 25 anos ou mais, sendo 19,21% destes são considerados analfabetos. A menor taxa ficou na faixa dos habitantes de 15 a 17 anos com 3,93% de analfabetismo.

Fazendo um resumo do que foi visto nesse subcapítulo e fazendo ponte com o que vimos nos subcapítulos dos índices econômico, em especial os que mostravam o cenário da renda média, concentração de renda, pobreza e extrema pobreza. E também conforme visto na literatura apresentada também nesse subcapítulo, em especial na visão da nova escola institucionalista a baixa escolaridade da geração que atualmente se encontra no mercado de trabalho contribui para os índices sociais ruins de renda e desigualdade. Entretanto a melhora na qualidade e na quantidade dos serviços de educação oferecidos para as gerações mais jovens deve provavelmente mudar esse cenário positivamente no futuro.

4.4 DADOS DE SAÚDE NO MUNICÍPIO

Nesse subcapítulo analisaremos os índices referentes a saúde no município de Caruaru entre os anos de 2010 e 2019. Como consta na literatura econômica e em certa medida é consenso para a maioria das escolas de pensamento econômico, uma boa qualidade dos serviços de saúde ofertados para a população influência de forma positiva a economia e corrobora com seu desenvolvimento (BRUE, 2011).

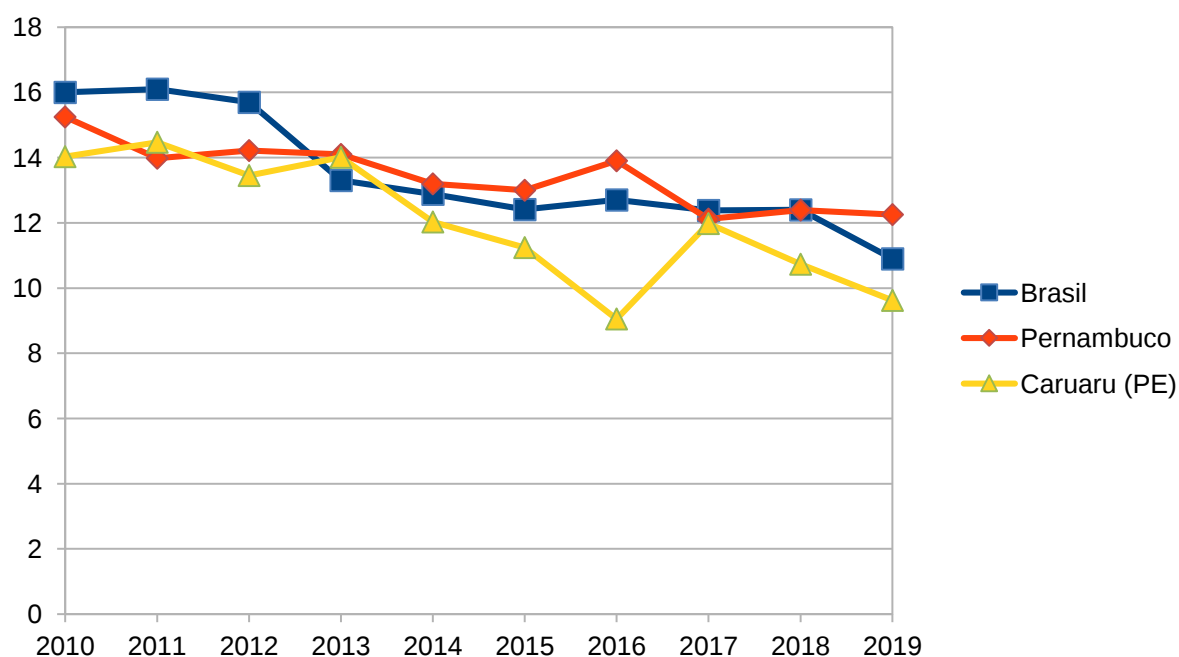
Portanto a expectativa de vida da população caruaruense, a mortalidade infantil e a quantidade de estabelecimentos de saúde na cidade são dados importantes para dimensionar a evolução social da cidade.

A seguir no gráfico 11 veremos a taxa de mortalidade infantil na cidade, no estado e no país. Conforme o ministério da saúde informa sobre a mortalidade infantil:

“A mortalidade infantil é um importante indicador de saúde e condições de vida de uma população. Com o cálculo da sua taxa, estima-se o risco de um

nascido vivo morrer antes de chegar a um ano de vida. Valores elevados refletem precárias condições de vida e saúde e baixo nível de desenvolvimento social e econômico” (BRASIL, 2021).

Gráfico 11 – Taxa de mortalidade infantil em Caruaru, Pernambuco e no Brasil entre os anos de 2010 e 2019



Fonte: elaboração própria a partir de dados do DATASUS

Como podemos ver acima, a taxa de óbitos por mil nascidos vivos tem uma tendência de queda no âmbito nacional, estadual e municipal. Porém, Caruaru apresenta uma taxa de mortalidade inferior. A menor taxa foi em 2016 com 9,05 óbitos por nascidos vivos, contra 13,9 de taxa do estado e 12,71 no país. Em 2017 Caruaru mostra um aumento para 11,98, mas ainda ficando abaixo da taxa de Pernambuco e do Brasil. Por fim em 2019 no município de Caruaru tivemos 9,62 óbitos por nascidos vivos.

Se compararmos a taxa de 14,03 em 2010, Caruaru apresentou uma queda de -31,43% que foi saldo semelhante ao do Brasil de -31,88% durante o mesmo período. Pernambuco apresentou uma queda de apenas -19,67% na sua taxa de mortalidade infantil.

Como já explicado este índice de mortalidade infantil é importante de se analisar. No caso caruaruense a queda considerável na taxa nos mostra uma melhora na qualidade do serviço de saúde e também uma melhora no desenvolvimento social. A seguir vemos na tabela 24 a quantidade de estabelecimentos de saúde em Caruaru.

Tabela 24 – Quantidade de estabelecimentos de saúde por subcategorias em Caruaru entre os anos de 2010 e 2019

Ano	Hospital geral	Hospital especiali- zado	Clínica especiali- zada	Unidad e básica de saúde	Consultório	Unidade de serviço de apoio de diagnósti- cos e terapia	Policlínica	Ou- tros
2019	9	3	164	66	256	44	1	50
2018	10	4	149	66	243	40	1	42
2017	8	1	123	65	239	39	2	40
2016	9	1	105	63	220	38	3	40
2015	8	1	90	63	213	36	3	35
2014	9	1	89	72	202	36	5	36
2013	7	1	82	53	180	37	6	27
2012	7	1	75	51	169	35	7	23
2011	7	2	64	49	156	32	10	20
2010	7	2	64	48	142	29	9	17

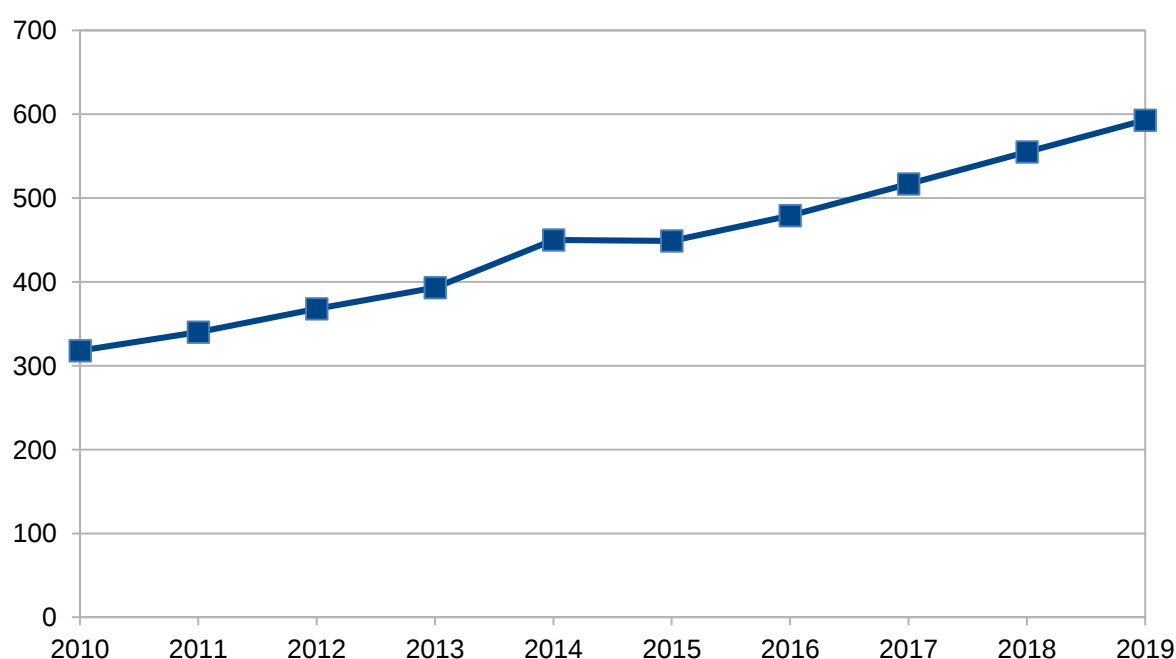
Fonte: elaboração própria a partir de dados do DATASUS (2022)

Como vemos na tabela 24 acima, a quantidade de consultórios é crescente para todos os anos abordados. Caruaru saiu de 142 consultórios em 2010 para 256 em 2019. Por outro lado, vemos que a quantidade de policlínicas se reduziu, o

mesmo é visto para a quantidade de unidades básicas de saúde que já foram 72 em 2017, porém o número caiu para 66 em 2019. Nas demais subcategorias apesar de alterações entre os anos é visível que o quantitativo total de estabelecimentos de saúde em Caruaru cresceu entre os anos. Portanto a influência no aumento geral da quantidade de estabelecimentos de saúde em Caruaru é positiva para a economia.

Por fim o gráfico 12 abaixo nos ajuda a melhor visualizar o aumento geral na quantidade dos estabelecimentos de saúde no município.

Gráfico 12 – Quantidade total de estabelecimentos de saúde no município de Caruaru entre 2010 e 2019



Fonte: elaboração própria a partir de dados do DATASUS

Como de fato podemos visualizar no gráfico 12 a quantidade de estabelecimentos de saúde em Caruaru aumentou ao longo dos anos. Em 2010 eram 318 estabelecimentos de acordo com o DATASUS. Já em 2019 o quantitativo saltou para 593 estabelecimentos de saúde de algum tipo. Como vimos na tabela 24 que boa parte do aumento se deu pelo aumento dos consultórios, então é de se supor que o crescimento econômico caruaruense favoreceu também a oferta de serviços de saúde na cidade.

Por fim, conforme o censo de 2010 do IBGE, a expectativa de vida do caruaruense era de 73 anos. Infelizmente este índice carece de dados mais recentes.

Conforme elucidado por Jones (2000) o entendimento econômico nessa área é de que a produtividade do trabalhador influencia diretamente no crescimento e consequentemente desenvolvimento das economias. Por sua vez a produtividade sobre influência de vários fatores, entre eles a qualidade dos serviços de saúde. Já que não tem como o trabalhador ser produtivo quando ele está doente e o quanto mais rápido ele se curar mais rápido ele retornará a trabalhar.

Sendo assim a oferta em grande disponibilidade, mas acima de tudo a qualidade dos serviços de saúde afetam positivamente no desenvolvimento econômico. Como vimos nesse subcapítulo os serviços de saúde em Caruaru apresentam melhora quantitativa e qualitativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho propôs-se avaliar a evolução dos índices sociais e econômicos do município de Caruaru no Agreste do estado de Pernambuco, entre os anos de 2010 e 2019, através da avaliação de dados quantitativos e qualitativos, também buscando base nas análises teóricas a partir de revisão da literatura econômica.

Como foi elucidado através do levantamento de dados que vimos no capítulo 4 deste trabalho e seus subcapítulos, o município de Caruaru se destaca de forma considerável. Seja pelo expressivo crescimento do PIB *per capita* nominal entre os anos de 2010 e 2019, mas também pela melhora na nota do Ideb e aumento dos estabelecimentos de saúde.

Nos dados econômicos vimos que houve redução na extrema pobreza e pobreza no município. Entretanto também vimos que a renda média do trabalhador formal bem como o percentual da população com emprego formal está deixando a desejar. O que se deve a característica de alta informalidade que é muito presente nas cidades da mesorregião, sobretudo devido a dinâmica do polo de confecções que foi explicada ao logo do subcapítulo 4.1.3.

Nas questões de infraestrutura vimos que a população urbana está tendo mais acesso a rede de esgoto, apesar de não englobar toda a população. Vimos também o crescimento considerável da frota de veículos da cidade de 97.316 veículos em 2010, para 175.186 veículos em 2019.

A educação também vem evoluindo o que significa um aumento do capital humano que futuramente se transformará em mais desenvolvimento para o município. Na saúde também vimos saldos positivos com a redução de -31,43% na mortalidade infantil entre 2010 e 2019 e o aumento da quantidade de estabelecimentos de saúde. Destaque para o crescente número de consultórios na cidade.

Sendo assim, ao término deste presente trabalho, pode-se afirmar que através dos dados analisados a resposta ao problema central da pesquisa foi obtida. Entre os anos de 2010 e 2019, Caruaru apresentou crescimento e desenvolvimento econômico e social, ou seja, melhora na qualidade de vida e do bem-estar dos seus habitantes.

Entretanto, ainda existem problemas a serem superados no município, sobretudo em relação ao alto grau de informalidade e a baixa média de renda da população caruaruense, que retrata uma realidade de exploração da força de trabalho o que consequentemente reduz o bem-estar social local. Apesar da evolução no IDEB ainda há muito o que se fazer para melhorar a qualidade do ensino, sobretudo o público no município. Já que as notas continuam longe do desejável. Em síntese o crescimento quantitativo se transformou em certa medida em melhora qualitativa, apesar dos adendos acima listados.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Carlos Roberto Vieira. **História do Pensamento Econômico: Uma Abordagem Introdutória**. São Paulo: Atlas, 1998, 158 p.
- AREND, Marcelo; CARIO, Silvio Antonio Ferraz; ENDERLE, Rogério. Instituições, inovações e desenvolvimento econômico. **Pesquisa & Debate. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política**, v. 23, n. 1 (41), 2012.
- BATISTA, Marcos. A evolução da economia: uma abordagem histórica sobre os principais modelos, teorias e pensadores. **Revista Uniaraguaia**, v. 2, n. 2, p. 286-302, 2012.
- BRASIL, **Ministério da Infraestrutura, Secretaria Nacional de Trânsito** (SENATRAN), Brasília, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/transito/senatran>> Acesso em 20/11/2022.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o **Programa Bolsa Família**, e dá outras providências. Brasília, 2004.
- BRASIL. **Ministério da Cidadania**, Brasília, 2022.
- BRASIL. Mortalidade Infantil no Brasil. **Boletim Epidemiológico**, Secretaria de Vigilância em Saúde – Ministério da Saúde, Brasília, v. 52, p. 1-15, 2021.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Crescimento e desenvolvimento econômico. **Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas**. Versão de junho, 2008.
- BRUE, Stanley L. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
- CAMPELLO, G. M. C. A Atividade de Confecções e a Produção do Espaço em Santa Cruz do Capibaribe. 1983. 157f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco.
- CAVALLI, Igor et al. **FUNDAMENTOS TEÓRICOS E MORAIS DOS FISIOCRATAS**. 2019.
- CONCEIÇÃO, O. A. C. **Instituições, Crescimento e Mudança na Ótica Institucionalista**. Teses FEE. Porto Alegre: 2002.
- CONDEPE/FIDEM. **Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco**. Disponível em <<http://www.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem>>.

DALPIAZ, R. M. G; Pereira, L. R; Malassie, R. L. S; **Teorias do Crescimento Econômico**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016. 222 p.
 FEIJÓ, Ricardo. **História do pensamento econômico: de Lão Zi a Robert Lucas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro, Companhia das Letras; 1ª edição, 2020.

IBGE, **Cadastro Central de Empresas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022 Disponível em:<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/comercio/9016-estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas.html?=&t=destaques>> Acesso em 19/11/2022.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>.

JONES, Charles I. **Introdução à Teoria do Crescimento Econômico**. São Paulo, Editora Elsevier, 2000.

KALECKI, M. **Teoria da dinâmica econômica: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997.

KEYNES, J. M. **The General Theory of Employment, Interest and Money**. 2. ed. Londres: Macmillan, 1973.

MARX, K. **O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital**. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MILANÊS, R. O trabalho das mulheres costureiras na zona rural do Agreste pernambucano. **Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 1-29, 2020.

NORTH, D. **Instituciones, câmbio institucional y desempeño económico**. México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

PONDÉ, J. L. S P S. Concorrência e mudança institucional em um enfoque evolucionista. **Texto para Discussão**. IE/UFRJ, n. 396, 1997.

RICARDO, David. Coleção Os Economistas. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SCHUMPETER. Joseph Alois. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. (Editado por George Allen e Unwin Ltd., traduzido por Ruy Jungmann). — Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961, 488 p.

SIEDENBERG, Dieter Rugard. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico: uma síntese. **Desenvolvimento em questão**, v. 1, n. 1, p. 45-71, 2003.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo, Nova Fronteira, 2017.

STRAUSS, Daniel. Crescimento e crise da economia capitalista em Marx e Kalecki. **Revista de Economia da UEG**. Vol. 14, N.º 1, jan/jun. 2018.

VEBLEN, T. **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições.**

São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1965.

VIEIRA, Anderson. **Teoria do Desenvolvimento Econômico.** In: VIEIRA, Anderson. Jusbrasil, 2017. Disponível em:

<<https://andersonvieiranunes.jusbrasil.com.br/artigos/447763946/teoria-do-desenvolvimento-economico>>. Acesso em: 16/07/2022.

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. O que é? - Índice de Gini In: WOLFFENBÜTTEL,

Andréa. **IPEA desafios do desenvolvimento.** A revista de informações e debates

do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2004. Disponível em: link. Acesso

em:<https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28> Acesso em: 15/11/2022.

ZANATTA, M; ROSENFILED, C; VERÁS DE OLIVEIRA, R. Quando o fabrico se torna fábrica: os desdobramentos do processo de formalização da indústria de confecções em caruaru/pernambuco/brasil. In: **IX CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, PORTUGAL, TERRITÓRIO DE TERRITÓRIOS.** 2016.